

DADOS DO EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

I. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA

II. Processo E-Salvador nº: 207530/2025

III. Objeto:

Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria, para a cidade metropolitana de Salvador incluindo ilhas.

IV. Valor de Referência

O valor anual, máximo a ser contratado, é de R\$ 1.055.079,22 (um milhão, cinquenta e cinco mil e setenta e nove reais e vinte e dois centavos).

V. Data e horário:

Abertura da Licitação: 15/06/2026 às 10 h (horário de Brasília)

Endereço eletrônico: www.compras.gov.br

VI. Regime de Execução/Forma/Critério de Julgamento/Modo de Disputa:

Empreitada por preço global /Eletrônica/Menor Preço/Aberto e Fechado

VII. Visita/Exclusividade para ME/EPP

Facultativa/Não

VIII. Prazos

Vigência do Contrato: 05 (cinco) anos, contados partir da data da assinatura do contrato

Execução dos Serviços: De acordo com as especificações de cada Ordem de Serviço

IX. Observações Gerais:

A disputa será realizada levando em consideração o valor global do orçamento;

- Lote único com ampla participação;

- O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser observado conforme valor informado no lote lançado na plataforma <http://www.compras.gov.br>

Informações: e-mail cpl.fmlf@salvador.ba.gov.br e (71) 3202-9813

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90001/2026

Processo E-Salvador nº 207.530/2025

1. PREÂMBULO

A **FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA – FMLF**, sediada à Rua da Bélgica, 74, Ed. Roosevelt – 3º andar, Comércio, Salvador/BA, torna público que, na forma do disposto no Processo E-Salvador nº 207.530/2025, fará realizar Licitação na modalidade de PREGÃO nº 90001/2026, sob o regime de empreitada por preço global, na forma ELETRÔNICA, regendo-se a presente licitação e a adjudicação dela decorrente pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 37.611/2023, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, aprovado pelo Parecer Jurídico nº de fl. 827 a 830 do processo, normas estas a que os licitantes se sujeitam incondicional e irrestritamente.

2. DO OBJETO

- 2.1 Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria, para a cidade metropolitana de Salvador incluindo ilhas
- 2.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por 22 (vinte e dois). itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem
- 2.3 O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.4 O modo de disputa será o Aberto e Fechado.

3. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO

Abertura da Licitação: 15/06/2026 às 10 h

Local: Portal de Compras: www.compras.gov.br

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Pregoeira designada: Lucimar Oliveira Carneiro da Silva - Portaria nº 37/2024

4. DO EDITAL

- 4.1 Integram o Edital de Licitação os seguintes anexos:

Anexo I Termo de Referência

Anexo II Estimativa de Custos

Anexo III Modelo de Carta de Apresentação da Proposta

- Anexo IV Modelo de Planilha Orçamentária a ser preenchida pela Licitante
- Anexo V Modelo de Declaração de Proposta de Preços
- Anexo VI Modelo de Declaração Conjunta
- Anexo VII Declaração de ME/EPP/MEI
- Anexo VIII Dados para assinatura do Contrato
- Anexo IX Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente
- Anexo X Modelo de Autorização para Participação em Equipe Técnica
- Anexo XI Modelo de Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88
- Anexo XII Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência - PCD e para reabilitado da Previdência.
- Anexo XIII Modelo de Declaração de Atendimento ao Decreto Municipal nº 23.781/13
- Anexo XIV Minuta do Contrato

- 4.2** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, através do e-mail: cpl.fmlf@salvador.ba.gov.br.
- 4.3** A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame
- 4.4** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no compras.gov, no compras.salvador e no sítio eletrônico oficial da FMLF e vincularão os participantes e a Administração.

5. DO VALOR DE REFERÊNCIA

- 5.1** O valor global estimado, máximo a ser contratado, é de R\$ 1.040.370,13 (um milhão, quarenta mil, trezentos e setenta reais e treze centavos), conforme critérios indicados no Termo de Referência – Anexo I deste Edital e valores constantes da Planilha Estimativa de Custos – Anexo II deste Edital.
- 5.2** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1** As despesas relativas ao objeto desta licitação correrão por conta do Projeto/Atividade 15.451.0005.126000 — Planejar Espaço Urbano Projetos de Requalificação de Espaços Urbanos e Equipamentos Públicos; Natureza da Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos 1.501.1.0.0.000 – Tesouro, para o exercício de 2026, devidamente ajustada nas dotações dos exercícios subsequentes.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no www.compras.gov.br, que permite a participação dos interessados na Concorrência, em sua forma eletrônica.
- 7.2** O cadastro poderá ser iniciado no sítio www.compras.gov.br com a solicitação de chave e senha pelo interessado.
- 7.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Licitação.
- 7.4** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1** Respeitadas às prescrições legais e as constantes deste Edital poderão participar desta licitação empresas isoladamente ou em consórcio.
- 8.2** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 8.2.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 8.3** A participação de consórcios obedecerá aos seguintes requisitos:
- 8.3.1** Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada a comprovação do Termo de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, com a indicação da empresa líder, subscrito pelos consorciados, atendendo as condições estabelecidas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.3.2** O compromisso de constituição do consórcio deverá conter: declaração da responsabilidade solidária dos seus integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato dela eventualmente decorrente; declaração de que as empresas consorciadas não alterarão a constituição ou composição do consórcio, mantendo presentes as condições que asseguram a habilitação do consórcio, em pessoa jurídica e, de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes e ainda, indicação da empresa líder do consórcio que deverá atender às condições de liderança fixadas neste Edital e na Lei Federal nº 14133/2021 o que ficará comprovado através da apresentação, juntamente com a documentação de habilitação, de procuração assinada pelos signatários legalmente autorizados;

- 8.3.3** A empresa líder do consórcio representará as demais consorciadas junto à CONTRATANTE em todos os atos, comunicações e avisos relacionados com a presente licitação ou com o contrato dela decorrente;
- 8.3.4** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto da licitação, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Contrato;
- 8.3.5** O licitante vencedor fica obrigado a promover, em até 30 (trinta) dias antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “b” deste Edital. O termo de constituição do consórcio, assinado pelos representantes legais das empresas consorciadas, indicados nos respectivos contratos ou estatutos sociais, deverá observar, além dos dispositivos legais, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes deste subitem;
- 8.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.6** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.7** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.7.1** O tratamento diferenciado não será aplicado em relação às licitações que envolvam:
- a) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e
 - b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.7.2** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.7.3** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos itens 8.7.1 e 8.7.2.
- 8.8** Não poderão disputar esta licitação:
- 8.8.1** Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 8.8.2** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 8.8.3** O impedimento de que trata o item 8.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 8.8.4** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 8.8.5** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 8.8.6** Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/2021
- 8.8.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 8.8.8** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
- 8.8.9** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 8.8.10** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 8.8.11** Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial que possuam o respectivo plano de recuperação deferido e homologado judicialmente (cfr. art. 58 da lei 11.101/2005);
- 8.8.12** Empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 8.8.13** É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 9.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento
- 9.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a Proposta com o preço ofertado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

- 9.3** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.4** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.5** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 9.6** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:
- 9.6.1** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 9.7** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.8** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.9** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 9.10** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa
- 9.11** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 9.11.1** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 9.11.2** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 9.11.3** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 9.11.4** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 9.11.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 9.11.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 9.11.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 9.11.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 9.11.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 9.11.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 9.11.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 9.12 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que po
- 9.13 ssui documentos comprobatórios de ações de equidade e indicar em qual dos três níveis se enquadra (Ouro, Prata ou Bronze), nos termos dos Decretos nº 12.304, de 2024 e nº 12.516, de 2025, e da Instrução Normativa SEG/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso III, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- 9.14 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - a) Valor global (R\$);
 - b) No campo Descrição/Observações deverá ser detalhado o objeto, contendo as informações relativas às especificações do objeto.
 - c) Prazo de validade de proposta.
- 10.2 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.
- 10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 10.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 10.6** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 11.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 11.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 11.4** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 11.4.1** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 11.4.2** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.6** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro
 - 11.6.1** O lance deverá ser ofertado pelo valor global do orçamento
 - 11.6.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
 - 11.6.3** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema
 - 11.6.4** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser observado conforme valor informado na plataforma www.compras.gov.br

- 11.6.5** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 11.6.6** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 11.7** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado
- 11.7.1** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.7.1.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.7.1.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.7.1.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 11.7.1.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 11.7.1.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 11.7.2** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado
- 11.7.2.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 11.7.2.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 11.7.2.3** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 11.7.2.4** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores
- 11.7.3** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.7.4** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 11.7.5** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 11.7.6** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 11.7.7** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.7.8** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 11.7.9** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada
- 11.7.10** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.7.11** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.7.12** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.7.13** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11.7.14 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.7.15 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

11.7.15.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.7.15.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.7.15.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.7.15.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.7.16 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.7.16.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

11.7.16.2 empresas brasileiras;

11.7.16.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.7.16.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

11.7.17 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, caso persista o empate, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, realizado no sistema compras.gov.br

11.7.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.7.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.7.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.7.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.7.19 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 6 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

11.7.19.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, de forma motivada, antes de findo o prazo

11.7.19.2 A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do Pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

11.7.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

12.2 Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.2.1 contiver vícios insanáveis;

12.2.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.2.3 apresentar preço manifestamente inexequível ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

12.2.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.2.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.3 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.4 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

12.4.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.4.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.4.3 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 12.4.3.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado
- 12.4.3.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital
- 12.5** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 12.6** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 12.6.1** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.7** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem crescente de classificação.
- 12.8** Ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate indicados no item 11.7.16 deste Edital.
- 12.9** Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 12.10** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que ofertem probabilidade de certeza à suspeita;
- 12.11** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 12.12** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24:00h (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.12.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 12.13** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 12.14** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 12.15** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

- 12.15.1** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.15.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.16** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será verificado pelo sistema, em caso de eventual ocorrência do empate ficto, conforme o previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 12.17** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 12.18** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 13.1** Como condição prévia ao exame da Proposta de Preços da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual atendimento das condições mediante o envio da seguinte documentação:
- a) Carta de Apresentação da Proposta, devidamente assinada pelo representante legal, conforme Anexo III;
 - b) Planilha Orçamentária, devidamente preenchidas, limitando-se a 02 (duas) casas decimais, somando-se o valor global, e assinada pelo representante legal, conforme Anexo IV;
 - c) Declaração da proposta, conforme Anexo V;
 - d) Declaração geral conjunta, conforme Anexo VI;
 - e) Declaração de ME/EPP, conforme Anexo VII;
 - f) Se for o caso, documento que comprove a condição de ME/EPP;
 - g) Dados para assinatura do contrato, conforme Anexo VIII.
- 13.2** O idioma em que devem ser redigidos todos os atos e termos desta licitação, notadamente as propostas de preços, é o português (praticado no Brasil) e a unidade monetária é o Real (R\$).
- 13.3** Para apresentação da planilha modelo Anexo IV, **alterações de quantitativos não serão admitidas**, apenas variações nos preços unitários.
- 13.4** Ocorrendo divergência entre os valores descritos e por extenso, prevalecerá o resultado do somatório indicado na Planilha Orçamentária da Licitante.
- 13.5** Ocorrendo discordância entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

- 13.6** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 13.7** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 13.8** Toda documentação solicitada deverá ser apresentada em formato pdf, em papel timbrado da empresa e devidamente assinada.
- 13.9** Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital, bem como propostas alternativas;
- 13.10** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

14. DA HABILITAÇÃO

- 14.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 14.2** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 14.2.1** SICAF;
 - 14.2.2** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-CNEP>);
- 14.3** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
 - 14.3.1** A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 14.4** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 14.4.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 14.4.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 14.5** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 14.6** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 14.7** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF ou pelo Certificado de Registro Cadastral-CRC, expedido pela Secretaria Municipal de Gestão/SEMGE da Prefeitura Municipal do Salvador, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC e dentro do prazo de validade, conforme disposto no Decreto Municipal nº 37.611/2023.
- 14.7.1** Em caso de apresentação do CRC/SEMGE, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (Anexo IX).
- 14.7.2** Na hipótese do item anterior, a habilitação dos proponentes ficará condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como à validade dos documentos cadastrais, por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastro Unificado de Pessoas Físicas e Jurídicas do Município do Salvador.
- 14.8** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 24:00h (vinte e quatro horas), sob pena de inabilitação.
- 14.9** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 14.10** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.11** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.11.1** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições
- 14.12** Ressalvado o disposto no item 14.8, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 14.13 Habilitação Jurídica:**
- 14.13.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 14.13.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 14.13.3** No caso de sociedade empresária ou Sociedades Limitadas Unipessoais - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- 14.13.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 14.13.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 14.13.6** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 14.13.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.14 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 14.14.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 14.14.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 14.14.3** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (art. 195, §3º da Constituição Federal), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 14.14.4** Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 14.14.5** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 14.14.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 14.14.7** As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 14.14.8** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 14.14.9** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.15 Qualificação Econômico-Financeira

14.15.1 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

14.15.1.1 Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

14.15.1.2 Fica vedada a substituição do Balanço, por Balancetes ou Balanços provisórios.

14.15.2 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou Liquidação Judicial, ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão.

14.15.2.1 A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial somente poderá participar do certame caso seja comprovada a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente.

14.15.2.2 A licitante que se encontrar em recuperação judicial ou extrajudicial deverá demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

14.15.3 Somente serão habilitadas as licitantes que comprovem o Patrimônio Líquido mínimo no valor de 10% do valor estimado para a contratação, tendo em vista o prazo previsto para o contrato e a necessidade de assegurar a capacidade da licitante para executar o contrato

14.15.3.1 Para a condição de participação em Consórcio, haverá um acréscimo de 30% em relação ao valor exigido para os licitantes individuais

14.15.3.2 O percentual de acréscimo da exigência de patrimônio líquido não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de MPes

14.15.4 Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, um Índice de Liquidez Geral - ILG, igual ou maior que 1 (um), calculado segundo a relação:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC} > \text{ou} = 1, \text{ onde:}$$

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

ANC= Ativo não Circulante

PC = Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

14.15.5 A comprovação dos subitens 14.15.3 e 14.15.4 se dará através do Balanço Patrimonial do último Exercício Social.

14.16 Qualificação Técnica Profissional

14.16.1 Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente (CREA), devidamente atualizada: Certidão de Registro da Pessoa Física.

14.16.1.1 Será dispensada a apresentação da Certidão de Registro dos seus Responsáveis Técnicos quando o(s) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) constar(em) na Certidão de Registro da Pessoa Jurídica.

14.16.2 Apresentação de profissional(is) de nível superior ou técnico, conforme definidos no item 15.1 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução do serviço de características semelhantes, comprovando o seu vínculo com os membros desta equipe através dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços, Contrato de Trabalho registrado na DRT ou Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pelo serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado (Modelo - Anexo X);

14.16.3 A comprovação do atestado de responsabilidade técnica profissional por execução do serviço de características semelhantes, será realizada através de Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico– CAT, conforme definidos no item 15.3 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

14.17 Qualificação Técnica Operacional (Empresa)

14.17.1 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA), em plena validade: Certidão de Registro da Pessoa Jurídica

14.17.2 A comprovação do atestado de responsabilidade técnica-operacional do licitante será realizada mediante apresentação de 1 (um) ou mais atestado(s), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, relativo(s) a execução do(s) serviços, compatível(is) em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, conforme definidos no item 15.2 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

14.17.3 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

14.17.4 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.17.5 Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos subitens 14.16.2 deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

14.17.6 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- 14.17.6.1** caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- 14.17.6.2** caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- 14.17.6.3** para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.
- 14.17.7** Na documentação de que trata o subitem 14.17.2, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 14.17.8 Documentos obrigatórios complementares à Habilitação:**
- 14.17.8.1** Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de seu cumprimento do disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo - Anexo XI);
- 14.17.8.2** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoas com Deficiência - PCD e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e normas específicas, conforme Modelo - Anexo XII.
- 14.17.8.3** Declaração de Atendimento ao Decreto Municipal nº 23.781 de 16/01/2013, art. 4º, § 1º, que trata sobre nepotismo (Anexo XIII).;
- 14.17.8.4** Declaração fornecida pelo Banco, contendo o número da conta corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante (art. 4º § 2º do Decreto Municipal nº 13.991/2002);
- 14.17.9** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 14.17.10** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.17.11** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 06 (seis) horas, contado a partir da convocação no sistema eletrônico, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, juntamente com os documentos de habilitação, devendo apresentar:

15.1.1 Quanto a Proposta de Preço:

a) Conforme item 13, observando, também, os documentos exigidos no Termo de Referência e os Anexos do Edital.

15.1.2 Quanto a Documentação de Habilitação:

b) Conforme item 14, observando, também, os documentos exigidos no Termo de Referência e os Anexos do Edital.

c) Toda a documentação de Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, apresentada pela Licitante deverá estar válida, sob pena de inabilitação da Licitante irregular, resguardada a empresa na condição de ME/EPP

15.2 É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

15.3 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

16. DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, concedido na sessão pública, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão

16.3 Posta a intenção de recurso, o licitante disporá do prazo de até 3 (três) dias úteis para apresentação, em momento único e em campo próprio no sistema, das razões recursais contados do término do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação

16.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da disponibilização das razões do recurso no sistema, nos moldes do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

16.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7 A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 16.2. autoriza a Autoridade Superior adjudicar o objeto à licitante vencedora.

- 16.8** Caso haja interposição de recurso administrativo (art. 165, I, alíneas “b” e “c” da Lei 14.133/2021) ou judicial os prazos de validade das propostas serão suspensos, reiniciando-se a contagem desses prazos a partir do dia em que for decidido o Recurso.
- 16.9** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

- 17.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 18.1** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior, caso não haja interposição de recurso ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

- 18.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.9** As regras acerca da garantia estão estabelecidas na Minuta do Contrato, Anexo XIV deste Edital.

20. DA CONTRATAÇÃO

- 20.1** As obrigações decorrentes deste Edital serão formalizadas através de Contrato a ser assinado entre as partes, observadas as condições estabelecidas neste Edital e as que constam da Minuta de Contrato (Anexo XIV), e serão regulamentadas pela Lei Federal nº 14133/21 e Lei Municipal nº 37.611/2023, no que couber.

- 20.2** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Anexo XIV.

- 20.3** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, mediante a comprovação:
- a) da Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista, e
 - b) da Regularidade no Cadastro Informativo Municipal/CADIN (art. 34, da Lei Municipal nº 8421/2013)
- 20.4** O Licitante vencedor que deixar de comparecer para assinatura do contrato, no prazo estabelecido acima, sem justificativa fundamentada em força maior ou caso fortuito, devidamente comprovada, decairão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Legislação que rege a matéria
- 20.5** No caso de Consórcio, fica obrigado a promover, em até 30 (trinta) dias, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.
- 20.6** O prazo de vigência da contratação será em conformidade ao Item 23 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 20.7** Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF ou Tribunal de Contas da União (Consulta Consolidada), por meio do link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> ou para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como será precedida de consulta ao CAFIMP ou CADIN.
- 20.7.1** Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 20.7.2** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 20.8** O licitante vencedor deverá apresentar Conta do BANCO BRADESCO, tendo em vista o que consta no Decreto Municipal nº 23.856/2013, contendo o número da conta corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante.
- 20.9** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 20.10** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.
- 20.11** A contratada não poderá subcontratar totalmente o objeto do Contrato.
- 20.12** Excepcionalmente, será permitida a subcontratação do item 5 da planilha orçamentária, referente ao cadastro arquitetônico, desde que haja prévia e expressa autorização do contratante, nos termos do Art. 122 da Lei Federal n.º 14133/2021.
- 20.13** A subcontratação parcial, bem como qualquer cessão ou transferência dos direitos decorrentes do objeto do Contrato, só poderá ocorrer com anuência da Contratante.

- 20.14** Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 20.15** A contratada é obrigada a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.16** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 20.17** As demais disposições estão previstas na Minuta do Contrato anexa a este Edital, do qual é parte integrante, independentemente de transcrição.

21. DO REAJUSTAMENTO

- 21.1** As regras acerca do reajustamento estão estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, Anexos I e XIV deste Edital, respectivamente.

22. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 22.1** Os critérios da fiscalização estão estabelecidos no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, Anexos I e XIV deste Edital, respectivamente.
- 22.2** Os critérios de recebimento e aceitação estão estabelecidos no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, Anexos I e XIV deste Edital, respectivamente.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1** As obrigações da Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, Anexos I e XIV deste Edital, respectivamente.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 24.1** As obrigações da Contratante estão estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, Anexos I e XIV deste Edital, respectivamente.

25. DO PAGAMENTO

- 25.1** Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos de execução e lucro, de acordo com as condições previstas neste Edital e em demais documentos da licitação, constituindo assim, a única remuneração pelos serviços executados.

- 25.2** O pagamento a contratada será efetuado exclusivamente por crédito em conta corrente especificada pelo credor na instituição financeira determinada no Decreto Municipal nº 23.856, de 03 de abril de 2013 (artigos 1º ao 4º), Banco Bradesco S.A, com observância das exceções ali previstas (art. 5º, parágrafo único), e somente serão efetivadas após análise e aprovação dos produtos pela CONTRATANTE, em conformidade com o Termo de Referência (anexo I deste Edital), mediante atesto na respectiva nota fiscal/fatura.
- 25.3** Os critérios para medição e pagamento estão estabelecidos no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, Anexos I e XIV deste Edital, respectivamente.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1** Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 o licitante/adjudicatário que:
- 26.1.1** dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 26.1.2** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 26.1.3** dar causa à inexecução total do contrato;
 - 26.1.4** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 26.1.5** não manter a proposta;
 - 26.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 26.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação;
 - 26.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 26.1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento;
 - 26.1.10** comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 26.1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 26.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 26.3** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 26.3.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 26.3.2** Multa sobre o valor estimado do(s) item(s) / grupo prejudicado(s) pela conduta do licitante, conforme o caso, de acordo com o Termo de Referência;
 - 26.3.3** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 26.3.4** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 26.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 26.5** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 26.6** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos do Decreto nº 18.484/2018.
- 26.7** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 26.8** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 26.9** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 26.10** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 26.11** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 26.12** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, CRC-Municipal, CAFIMP, CEIS e CNEP;
- 26.13** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Lei 14.133/2021.

27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 27.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital
- 27.2** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.fmlf@salvador.ba.gov.br ou por petição protocolada junto na FMLF, no horário de expediente, das 08:00hs as 12:00hs e das 13:00hs as 17:00h, no endereço Rua da Bélgica, 74 – Ed. Roosevelt, 2º andar, Salvador/BA, CEP 40010-030, em atenção ao Pregoeiro responsável.

- 27.3** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 27.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 27.5** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço cpl.fmlf@salvador.ba.gov.br
- 27.6** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, inclusive o Termo de Referência.
- 27.7** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 27.7.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 27.7.2** As respostas aos pedidos de impugnação e esclarecimentos serão divulgadas pelos sistemas www.compras.gov.br, www.compras.salvador.ba.gov e www.cpl.fmlf.salvador.ba.gov.br sem identificação de sua autoria, e vincularão os participantes e a administração.

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 28.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 28.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 28.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 28.4** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 28.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 28.6** As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 28.7** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

- 28.8** É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (art. 12, § 2º, Lei 14.133/2021)
- 28.9** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 28.10** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 28.11** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 28.12** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.compras.gov.br, www.compras.salvador.ba.gov.br (Pregão) e www.fmlf.salvador.ba.gov.br (licitações) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua da Bélgica, 74, Ed. Roosevelt, 2º andar, Salvador/BA, CEP 40010-030, no horário de expediente, das 09:00hs até às 12:00hs e das 13:00hs até às 16h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Salvador, data.

Tania Maria Scofield Souza Almeida
Presidente da Fundação Mario Leal Ferreira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL,
LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO CADASTRAL DE IMÓVEIS E BATIMETRIA.**

**Salvador/Ba
Outubro 2025
(atualizado em fev/2026)**

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Prefeito:

Bruno Soares Reis

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO

Secretário:

Sosthenes Tavares de Macêdo Almeida

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

Presidente:

Tania Scofield Almeida

Diretora de Projetos de Engenharia

Ana Cândida Melo

Gerente de Projetos de Engenharia

Jaciara Sanches Barreto

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Jaciara Sanches Barreto

Consultora

Me. Gloria Claudia Bleichner Lopez

SUMÁRIO

1.	DEFINIÇÃO DO OBJETO	34
2.	FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	34
3.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	35
3.1.	Levantamento Planialtimétrico e Cadastral com Cadastro de Rede de Serviços Públicos	36
3.1.1.	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	36
3.2.	Locação dos eixos	37
3.3.	Seções transversais	37
3.4.	Cadastro das redes de drenagem	37
3.5.	Cadastro arquitetônico	38
3.5.1.	Levantamento Cadastral Arquitetônico de Imóveis de alta complexidade	38
3.5.2.	Levantamento Cadastral Arquitetônico de Imóveis de baixa complexidade	42
3.5.3.	Cadastro físico para selagem	44
3.5.4.	Levantamento Batimétrico	49
3.5.5.	Levantamento de Obras D'Arte Especiais	49
3.5.6.	Implantação do marco geodesico com transporte de coordenadas e cotas do MR marco de referência.	49
4.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	50
4.1.	Natureza dos serviços	50
4.2.	Requisitos Gerais	50
4.3.	Requisitos legais	51
4.4.	Requisitos de sustentabilidade	52
5.	INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS	52
6.	DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO	52
7.	DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE (INCISO IV DO ART. 41 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)	53
8.	DEFINIÇÃO DE COTIZAÇÃO OU NÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)	53
9.	REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO	53
10.	FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	53
11.	MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO	54
11.1.	Condições de execução	54
11.2.	Local e horário da prestação dos serviços	57
11.3.	Materiais a serem disponibilizados	57
11.4.	Informações relevantes para o dimensionamento da proposta	58
11.5.	Procedimentos de transição e finalização do contrato	58
12.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	58
12.1.	Designação do Preposto	59

12.2. Fiscalização	59
12.3. Fiscalização Técnica	59
12.4. Gestor do contrato	60
12.5. Subcontratação	60
12.6. Responsabilidade Técnica	61
12.7. Confidencialidade das Informações	61
13. CRITÉRIOS DE ENTREGA DO PRODUTO E PAGAMENTO	61
13.1. Do Recebimento	61
13.2. Liquidação	63
13.3. Prazo De Pagamento	63
13.4. Forma De Pagamento	63
13.5. Antecipação de pagamento	64
13.6. Regras de recebimento definitivo	64
14. FORMA DE SELEÇÃO DO CONTRATADO / FORNECEDOR	65
15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO	65
15.1. Equipe técnica da licitante	65
15.2. Experiência Anterior da empresa Licitante (EAL) – para habilitação	66
15.3. Experiência da Equipe Técnica Chave (ET) - para habilitação	67
16. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU DIVULGAÇÃO JUSTIFICADA	68
17. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES	68
17.1. Obrigações da contratada	68
17.2. Obrigações da contratante	69
18. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO	70
19. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)	71
20. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTE	71
21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	71
22. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA	71
23. EXPECTATIVA DE PRAZO	75
ANEXO I	76

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência (TR) a **Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria**, para a cidade metropolitana de Salvador incluindo ilhas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF tem como finalidade institucional o planejamento urbano, englobando a elaboração e a coordenação de projetos urbanísticos, setoriais, arquitetônicos, especiais e complementares. Para o desenvolvimento adequado dessas atividades, é imprescindível dispor de um conjunto de informações técnicas preliminares que subsidiem as etapas de estudos, concepção e detalhamento dos projetos.

Conforme estabelecido no Decreto nº 25.901, de 24 de março de 2015, os projetos realizados pela FMLF abrangem as seguintes áreas de competência:

- Promoção de estudos e pesquisas para o planejamento integrado de desenvolvimento urbano do Município de Salvador;
- Criação de condições de implementação e continuidade que permitam uma adaptação constante de planos setoriais ou globais à realidade dinâmica do desenvolvimento urbano Municipal;
- Elaboração de planos e projetos urbanísticos, bem como realização de estudos sobre regiões, áreas públicas e logradouros do Município que demandam atenção e tratamento específico;
- Elaboração, coordenação e acompanhamento dos projetos urbanísticos, de desenho urbano e setorial do espaço urbano bem como dos espaços de valor simbólico, histórico e sociocultural;
- Elaboração, coordenação e acompanhamento de projetos de arquitetura e complementares considerados de singular importância para o Município;
- Planejamento, coordenação e execução das atividades de documentação e biblioteca, prestando apoio documental e informacional;
- Realização de estudos na área socioeconômica que gerem indicadores para a ação no âmbito do desenvolvimento urbano;
- Estímulo e promoção de discussão da política de desenvolvimento urbano, diretrizes e planos com a comunidade, visando a sua participação na formação das decisões sobre desenvolvimento e organização territorial e espacial do Município;
- Prestação de serviços de consultoria, assessoramento e assistência técnica, na área de planejamento urbano;
- Implementação, em articulação com a SUCOM, dos instrumentos da Política Urbana, determinados pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

Entre essas informações, destaca-se a necessidade de realização de levantamentos planialtimétricos (planimétricos e altimétricos) das áreas urbanas, além de levantamentos cadastrais atualizados dos edifícios, espaços públicos e elementos urbanos existentes. Tais levantamentos são essenciais para o conhecimento acurado do terreno — incluindo relevo, limites, confrontações, área, localização georreferenciada, amarrações e posicionamento espacial — bem como das edificações e infraestruturas já implantadas.

Adicionalmente, em áreas que contenham corpos hídricos (rios, canais, lagoas, reservatórios etc.), é fundamental a obtenção de dados sobre a profundidade e topografia do leito dessas massas d'água, informações indispensáveis para a adequada definição de intervenções em drenagem, mobilidade, paisagismo e requalificação ambiental.

A disponibilidade contínua desses levantamentos é condição indispensável para garantir a qualidade, a precisão e a viabilidade técnica dos estudos preliminares, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos desenvolvidos pela FMLF, assegurando que as soluções projetuais sejam adequadas às condições reais do território.

Outra questão que merece destaque é que os projetos sob responsabilidade da FMLF são elaborados tanto por empresas contratadas quanto pela própria equipe técnica da Fundação. Em ambos os casos, a realização de levantamentos planialtimétricos e cadastrais é indispensável.

As informações provenientes dos levantamentos planialtimétricos são determinantes para o início dos projetos, permitindo avaliar a viabilidade da execução e identificar obstáculos a serem superados.

Até o ano de 2024, a Fundação dispunha de um contrato específico de topografia que supria essa necessidade. No entanto, com o encerramento desse contrato, os serviços topográficos passaram, em sua maioria, a ser incluídos como parte integrante dos projetos contratados. Nesses casos, é comum que as empresas responsáveis pelos projetos subcontratem os serviços de levantamento, o que acaba elevando os custos em comparação à contratação direta realizada pela Fundação.

Já nos projetos elaborados internamente, a FMLF precisa solicitar a execução dos levantamentos a outros órgãos da Prefeitura, o que acarreta atrasos nos prazos de execução, em razão do tempo exigido para a tramitação dos processos administrativos necessários.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de contratação regular e contínua desses serviços especializados, uma vez que as informações geradas constituem a base técnica e estratégica para as intervenções sob responsabilidade da Fundação, em consonância com suas atribuições legais e seu papel no planejamento urbano sustentável do município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução abrange a Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento Cadastral de Imóveis e Batimetria, conforme solução definida em Estudo Técnico Preliminar. Os serviços serão executados sob demanda, de acordo com as necessidades da **Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)**, com foco na **Cidade de Salvador e suas Ilhas**.

A presente solução tem o objetivo de obter dados minuciosos e precisos sobre diversas áreas de interesse. Tais informações são fundamentais para subsidiar as atividades finalísticas da Fundação Mário Leal Ferreira, uma vez que possibilitam a elaboração de projetos com maior precisão, reduzindo retrabalho e aumentando a eficiência na utilização dos recursos públicos

Referente a exigência citada no inciso VII do parágrafo 1º do artigo 18 da lei 14.133/2021 onde diz:

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Não há exigência quanto à manutenção contínua do serviço, uma vez que os produtos gerados têm como finalidade a coleta de dados de um espaço específico, refletindo a realidade daquele momento e sendo representados por meio de desenhos gráficos. No entanto, é necessário prever a prestação de assistência técnica para esclarecimento de eventuais dúvidas relacionadas aos dados fornecidos, durante a execução dos projetos ou das obras.

Resgatando a conclusão do Estudo Técnico Preliminar (ETP), identifica-se que a solução mais adequada consiste na contratação de uma empresa especializada na execução de levantamentos planimétricos e cadastrais, por meio de um contrato de prestação de serviços contínuos. Tal alternativa demonstra a melhor relação custo-benefício sob a perspectiva financeira, além de proporcionar ganhos significativos de eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Os serviços serão solicitados gradativamente através de Ordem de Serviço – OS, individual.

3.1. Levantamento Planialtimétrico e Cadastral com Cadastro de Rede de Serviços Públicos

3.1.1. Levantamento Planialtimétrico Cadastral

O marco inicial do levantamento deverá ser obrigatoriamente referenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), adotando como prioridade:

- Marcos geodésicos do IBGE com coordenadas no SIRGAS 2000, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.334/2005;
- Marcos locais ou regionais integrados oficialmente ao SIRGAS 2000 e aceitos pela FMLF;
- Pontos de apoio implantados pelo prestador, desde que sejam processados com técnicas GNSS de alta precisão, e ajustados ao sistema oficial SIRGAS 2000.

O sistema de projeção adotado deverá ser o UTM, fuso 24S, referenciado ao DATUM SIRGAS2000. Além de:

- Relatório do Levantamento Topográfico contendo a localização da Área;
- Metodologia dos Serviços;
- Monografia do Marco Existente, Monografia dos Marcos Implantados;
- Memória de Cálculo contendo
 - Transporte de Coordenadas,
 - Listagem de Cadernetas;
 - Listagem de Poligonais;
 - Listagem de Irradiações.

Sem prejuízo para a apresentação do levantamento dos demais serviços públicos, no caso da rede de drenagem, os seguintes itens devem ser apresentados:

- Caixas Coletoras ou Bocas de Lobos
 - Deverá ser nivelada a tampa da caixa e, se esta estiver na sarjeta, nivelar o meio-fio adjacente. Se a caixa estiver sob o passeio (admissão lateral), nivelar o ponto mais baixo da sarjeta (Linha D'água);
 - Deverão ser levantadas as dimensões da caixa coletora;
 - Deverão ser levantadas as cotas das geratrizes inferiores internas (Linha D'água) de todas as tubulações que saem das caixas coletoras ou que chegam nestas;

- Deverão ser fornecidos os diâmetros dessas tubulações, como também o sentido do escoamento;
 - Deverá ser indicado o material de que é constituída a tampa da caixa.
- Poços de Visita
 - Deverá ser nivelado o fundo e a tampa de cada Poço de Visita, como também as cotas das geratrizes inferiores de todas as tubulações que chegam ou que dele saem;
 - Deverão ser fornecidos os diâmetros das tubulações que chegam ao poço ou que dele saem como também;
 - Deverão ser levantadas também as dimensões dos Poços de Visita, as dimensões das tampas e indicado o tipo de material de que é constituída mesma.
- Cadastro de redes elevadas
 - Deverão ser cadastrados os postes das redes elétricas de baixa, média e alta tensão
- Cadastro das demais redes de infraestrutura
 - Deverão ser identificadas e niveladas as tampas de caixas das redes de esgotamento sanitário, telecomunicações, gás, abastecimento de água e energia.
- Cadastro das árvores
 - As árvores serão identificadas e terão indicação do diâmetro do seu tronco, medido a 01 (um) metro de altura do solo, e indicação da área do sistema radicular quando for aparente

3.2. Locação dos eixos

Os levantamentos de vias e canais de drenagem terão como base o seu eixo longitudinal definido pela contratante, e a sua locação e nivelamento deverá ocorrer com seções transversais de acordo com cada demanda, sendo a distância entre eixos a ser definida pela Contratante.

3.3. Seções transversais

As seções transversais deverão ser levantadas com distância de 20 em 20 metros, ou conforme especificado em cada ordem de serviço e deverão ser limitadas pelas linhas das testadas das edificações lindeiras. Ressalta-se que para fins de maior detalhamento, as seções podem ser em números maior e/ou em locais específicos, com critérios definidos pela Contratante, a ser definido na emissão da OS.

3.4. Cadastro das redes de drenagem

No caso da rede de drenagem, os seguintes itens devem ser apresentados:

- Caixas Coletoras ou Bocas de Lobos
 - Deverá ser nivelada a tampa da caixa e, se esta estiver na sarjeta, nivelar o meio-fio adjacente. Se a caixa estiver sob o passeio (admissão lateral), nivelar o ponto mais baixo da sarjeta (Linha D'água);

- Deverão ser levantadas as dimensões da caixa coletora, como também a cota de seu fundo;
 - Deverão ser identificadas e cadastradas todas as tampas das caixas de coleta pluvial, com as cotas de fundo, bem como o diâmetro de entrada e saída das galerias, e o sentido de escoamento;
 - Deverão ser levantadas as cotas das geratrizes inferiores internas (Linha D'água) de todas as tubulações que saem das caixas coletoras ou que chegam nestas;
 - Deverão ser fornecidos os diâmetros dessas tubulações, como também o sentido do escoamento;
 - Deverá ser indicado o material de que é constituída a tampa da caixa.
- Poços de Visita
 - Deverá ser nivelado o fundo e a tampa de cada Poço de Visita, como também as cotas das geratrizes inferiores de todas as tubulações que chegam ou que dele saem;
 - Deverão ser fornecidos os diâmetros das tubulações que chegam ao poço ou que dele saem como também o sentido do escoamento;
 - Deverão ser levantadas também as dimensões dos Poços de Visita, as dimensões das tampas e indicado o tipo de material de que é constituída mesma.
 - Mobilização para cadastro de redes de drenagem
 - Para fins de medição, cada solicitação de cadastro de redes de drenagem será tratada como unidade única, não sendo influenciada pela quantidade de poços realizados no dia.

3.5. Cadastro arquitetônico

O levantamento cadastral arquitetônico compreende as atividades de leitura e conhecimento da forma da edificação, obtidos por meio de vistorias e levantamentos no local determinado, representados gráfica e fotograficamente.

3.5.1. Levantamento Cadastral Arquitetônico de Imóveis de alta complexidade

O levantamento cadastral arquitetônico de Imóveis de alta complexidade, compreende a rigorosa e detalhada representação gráfica das características físicas e geométricas da edificação, do terreno e dos demais elementos físicos presentes na área a ser levantada, entre eles serão considerados imóveis tombados ou que possuam elementos arquitetônico relevante onde se precisem maior cuidado para seu cadastramento. Deverão ser entregue as seguintes peças gráficas:

- Planta de Localização - Planta esquemática da situação da edificação e seu terreno em relação à cidade (vias de acesso, orientação, etc.) e em relação à quadra, com identificação dos demais edifícios de interesse histórico ou artístico da área. Deve ser apresentada em escala 1:500.
- Planta de Situação - Representará a implantação da edificação no terreno e vizinhança. Deverá ser apresentada em escala 1:100 e conter:
 - Endereço da edificação, largura, denominação de ruas e praças, passeios públicos, etc.;
 - Área do terreno, área construída e projeção da edificação;

- “Grade” de ruas;
- Locação da edificação em relação ao terreno;
- Perímetro do terreno e da edificação;
- Ângulos do terreno ou triangulação;
- Orientação magnética do imóvel;
- Indicação do sistema de drenagem de águas pluviais existente;
- Locação de arrimos, muros, cercas, grades e portões existentes, com dimensionamento e especificações;
- Cotas de nível nos diversos pisos e passeios;
- Locação da entrada padrão de energia elétrica, água, telefone, gás e caixas de saída de esgoto e de águas pluviais, quando vistas;
- Locação de rede pública de água, esgoto, luz, telefone e gás;
- Representação de passarelas, pátios, passeios de proteção, escadas externas, com indicação da declividade, dimensionamento, amarrações e especificação de materiais;
- Representação de jardins, gramados, arborização com especificação das espécies, orla das árvores e diâmetro (perímetro) do tronco a um metro de altura do solo e indicação da área das raízes, quanto aparentes;
- Indicação dos pontos de referência das fotografias.
- Plantas Baixas - Serão apresentadas plantas georreferenciadas, dos diversos níveis na escala de 1:50 adequada e deverão conter:
 - Indicação dos acessos;
 - Denominação e numeração dos cômodos;
 - Cotas de nível nos diversos cômodos relacionadas ao RN (Referência de Nível);
 - Dimensões externas: medidas em série e totais;
 - Dimensões internas: medidas de lado e diagonais dos cômodos, espessura das paredes e amarrações dos vãos;
 - Codificação e especificação de todos os detalhes construtivos, tais como: portas, janelas e vãos, seteiras, óculos, altares, púlpitos, balaustradas, sacadas, gradis, etc. com legenda no rodapé da prancha;
 - Representação de escadas internas e de acesso, dimensionamento geral (corrimão, etc.) com numeração dos degraus e;
 - Representação de soleiras, passeios de proteção, etc., devidamente cotados e especificados;
 - Área de cada cômodo e do pavimento;

- Projeção de claraboia, caixa d'água, vigas, beirais, e outros elementos situados acima da seção convencional das plantas;
- Indicação de quadros de luz e força, tubulação aparente e outros;
- Indicação de pontos de água e esgoto, registros, tubulação aparente, ralos, aparelhos sanitários e outros.
- Fachadas - Deverão ser apresentadas todas as fachadas da edificação (principal, laterais e posterior) em escala 1:50, contendo:
 - Indicação e representação de envasaduras, vãos, orifícios, fendas e todas as características de todos os elementos;
 - Caimento de ruas e/ou terreno;
 - Especificação do tipo de alvenaria e esquadrias, bem como dos demais materiais de acabamento;
- Cortes - Serão em número necessário para um perfeito entendimento da edificação (mínimo de 4), uma delas deverá passar pela escada, em escala 1:50 e deverão conter:
 - Indicação e representação da estrutura, alvenarias, tetos, revestimentos, esquadrias, telhados, lanternins, "sheds", domos, calhas, caixas d'água, equipamentos fixos e outros;
 - Perfil de ruas e/ou terreno;
 - Cotas de pés direitos;
 - Cotas de piso a piso, espelhos e rebaixos;
 - Cotas de nível de pisos, escadas e patamares;
 - Altura de vergas, vãos e peitoris;
 - Dimensões dos beirais e demais elementos em balanço;
 - Dimensionamento de empenas;
 - Dimensionamento de envasaduras;
 - Altura de cimalthas, platibandas, rodapés, barras e outros elementos;
 - Dimensionamento de peças do telhado, altura de pontaletes, apoios e representação exata de armação das tesouras e demais peças;
- Planta de Cobertura – Deverá ser apresentada em escala 1:50, compreendendo descrição da cobertura, relacionando-a com o perímetro da edificação, contendo:
 - Limite do prédio em linha tracejada;
 - Limite da cobertura em linha cheia;
 - Dimensões dos beirais;
 - Sentido das declividades;

- Ângulos de inclinação das diversas águas, etc.;
- Representação de calhas, condutores, rufos, rincões, chaminés, etc.;
- Indicação dos tipos de telhas;
- Representação de todo o sistema estrutural da cobertura (se for visto);
- Desenho e identificação de tesouras, terças, caibros, ripas, forros;
- Detalhes - em escala, com a mesma codificação usada em planta, incluindo:
 - Elevações, cortes e dimensões das esquadrias e representação sumária das ferragens devidamente especificadas;
 - Seteiras, óculos e vãos;
 - Guarda-corpos de saca, das e janelas rasgadas, balaustradas ou painéis especiais (treliças, grades, etc.);
 - Cunhais, arcos de pedra, madeira, etc.;
 - Forros com detalhes especiais, claraboias, etc.;
 - Cimalhas, beirais, lambrequins, etc.;
 - Bacias das sacadas, sobrevergas, suporte de luminárias, etc.;
 - Escadas, armários, etc.;
 - Coruchéus, sineiras, gradis, etc.;
 - Outros detalhes especiais.
- Levantamento Topográfico- Representação gráfica do Levantamento Planialtimétrico do terreno, em escala, contendo ângulos, ponto, distâncias, referências de níveis, curvas de nível e perfis longitudinais e transversais.
- Documentação Fotográfica - A documentação fotográfica visa complementar a compreensão da edificação e registrar seu estado de conservação. As fotos deverão ser apresentadas em papel A4, numeradas de acordo com as indicações nas plantas e contendo a data, o número de ordem e o número total de folhas e deverão ser apresentadas da seguinte forma:
 - Fotos externas:
 - Entorno:
 - Vistas do conjunto em que se insere a edificação, ruas, praças e jardins, muros, grades, portões, quintais;
 - Fachadas, cobertura, detalhes, etc.;
 - Fotos internas:
 - Vista geral do interior;

- Cômodos que apresentem alterações, áreas lesionadas ou soluções especiais;
- Aspectos gerais da edificação.

3.5.2. Levantamento Cadastral Arquitetônico de Imóveis de baixa complexidade

O levantamento cadastral de imóveis de simples complexidade deverá apresentar rigorosamente as características físicas da edificação, constituindo-se da representação gráfica de todos os seus elementos. Constará de:

- Planta de situação (escala 1:500 ou 1:1000) representando a implantação da edificação e seu terreno em relação à malha urbana (perímetro do terreno e da edificação), indicando orientação magnética, vias de acesso, orientação;
- Planta geral de implantação/locação (escala 1:100 ou 1:200), representa a implantação da edificação no terreno e vizinhança. Deverá indicar orientação magnética, área do terreno, área construída e projeção das edificações, amarração das edificações em relação ao terreno, devidamente cotadas, ângulos do terreno ou triangulação. Deverão ser indicados endereço da edificação, largura, denominação de ruas, córregos, rio etc. Também deverão ser indicados cotas de nível nos diversos pisos e passeios, bem como altura dos baldrames nos vértices da edificação em relação a um RN (referência de nível), determinado por um elemento fixo (ponto destacado de meio fio, passeio, etc.).
- Plantas Baixas - Serão apresentadas plantas dos diversos níveis na escala de 1:50 adequada e deverão conter:
 - Indicação dos acessos;
 - Denominação e numeração dos cômodos;
 - Cotas de nível nos diversos cômodos relacionadas ao RN (Referência de Nível);
 - Dimensões externas: medidas em série e totais;
 - Dimensões internas: medidas de lado e diagonais dos cômodos, espessura das paredes e amarrações dos vãos;
 - Representação de escadas internas e de acesso, dimensionamento geral (corrimão, etc.) com numeração dos degraus e;
 - Área de cada cômodo e do pavimento;
 - Projeção de claraboia, caixa d' água, vigas, beirais, e outros elementos situados acima da seção convencional das plantas;
 - Indicação de pontos de força, tomadas e interruptores, fiação ou tubulação aparente e outros;
- Fachadas - Deverão ser apresentadas todas as fachadas da edificação (principal, laterais e posterior) em escala 1:50, contendo:
 - Indicação e representação de envasaduras, vãos, orifícios, fendas e todas as características de todos os elementos;
 - Caimento de ruas e/ou terreno;
 - Especificação do tipo de alvenaria e esquadrias, bem como dos demais materiais de acabamento;

- Cortes - Serão em número necessário para um perfeito entendimento da edificação (mínimo de 4), pelo menos 01 (uma) em escala 1:50 e deverão conter:
 - Indicação e representação da estrutura, alvenarias, tetos, revestimentos, esquadrias, telhados, lanternins, “sheds”, domos, calhas, caixas d’água, e outros;
 - Perfil de ruas e/ou terreno;
 - Cotas de pés direitos;
 - Cotas de vigas com indicação do material, concreto, ferro ou madeira;
 - Cotas de piso a piso, espelhos e rebaixos;
 - Cotas de nível de pisos, escadas e patamares;
 - Altura de vergas, vãos e peitoris;
 - Dimensões dos beirais e demais elementos em balanço;
 - Dimensionamento de empenas;
 - Dimensionamento de envasaduras;
 - Altura de cimbalhas, platibandas, rodapés, barras e outros elementos;
 - Dimensionamento de peças do telhado, altura de pontaletes, apoios e representação de armação e demais peças;
- Planta de Cobertura – Deverá ser apresentada em escala 1:50, compreendendo descrição da cobertura, relacionando-a com o perímetro da edificação, contendo:
 - Limite do prédio em linha tracejada;
 - Limite da cobertura em linha cheia;
 - Dimensões dos beirais;
 - Sentido das declividades;
 - Ângulos de inclinação das diversas águas, etc.;
 - Representação de calhas, condutores, rufos, rincões, chaminés, etc.;
 - Indicação dos tipos de telhas;
 - Representação das tesouras com representação de ferragens e sambladuras;
- Levantamento Topográfico - Representação gráfica do Levantamento Planialtimétrico do terreno, em escala, contendo ângulos, ponto, distâncias, referências de níveis, curvas de nível e perfis longitudinais e transversais.
- Documentação Fotográfica - A documentação fotográfica visa complementar a compreensão da edificação e registrar seu estado de conservação. As fotos deverão ser apresentadas em papel A4, numeradas de acordo com as indicações nas plantas e contendo a data, o número de ordem e o número total de folhas e deverão ser apresentadas da seguinte forma:

- Fotos externas:
 - Entorno:
 - vistas do conjunto em que se insere a edificação, ruas, praças e jardins, muros, grades, portões, quintais;
 - Fachadas, cobertura, detalhes, etc.;
- Fotos internas:
 - Vista geral do interior;
 - Cômodos que apresentem alterações, áreas lesionadas ou soluções especiais;
 - Aspectos gerais da edificação.

3.5.3. Cadastro físico para selagem

O cadastro físico para selagem refere-se ao registro técnico dos perímetros das edificações visando a identificação, numeração e congelamento das unidades imobiliárias existentes dentro de uma poligonal de intervenção definida para fins de elaboração de projetos de requalificação urbana.

A primeira etapa do processo consiste na delimitação da poligonal, a ser fornecida pela FMLF. Seguido da execução da selagem das unidades imobiliárias, mediante a atribuição de um número identificador provisório a cada imóvel. Essa numeração será utilizada para fins de cadastro físico, compondo uma iniciativa de “selar”, ou seja, congelar a ocupação existente.

O cadastro físico para selagem deverá representar os perímetros dos seguintes elementos:

- **Planta de cadastro para selagem**

Representada em planta de situação em escala 1:500 ou 1:1000, com a implantação da edificação e seu terreno em relação à malha urbana (perímetro do terreno e da edificação), indicando, no mínimo, orientação magnética, vias de acesso, quadras, lotes, edificações e unidades imobiliária existentes na poligonal, definidas a seguir:


- Quadras - porção de terreno total ou parcialmente delimitada por logradouros públicos e por divisas de glebas ou outros parcelamentos são identificados na planta de selagem do Projeto.
- Lote - terreno, delimitado fisicamente ou não, que identifica onde está contida a edificação. São identificados pelo Projeto dentro de cada quadra, no entanto, existem casos que não há edificação.
- Edificação - construção localizada dentro do lote, onde está contida a unidade imobiliária.
- Unidade imobiliária: espaço, dentro da edificação, composto por no mínimo um acesso independente. São identificadas as unidades que compõem a edificação e estas são numeradas da seguinte forma:
 - Unidades térreas recebem o número 001, 002, 003, etc.;
 - Unidades situadas em pavimentos superiores recebem a numeração 101, 102, 201, etc.;

- Unidades situadas em subsolos recebem a numeração 011, 021, etc.;
- Terrenos recebem número de unidade 000.
 - Terrenos ou lotes vazios, se for o caso;
 - Sistema viário e elementos públicos presentes.

A execução da selagem deverá ser através de pintura com sistema de moles vazados. Após a selagem do imóvel, a próxima ação é a realização do registro fotográfico do imóvel selado para integrar o banco de dados da unidade em questão. Para cada imóvel é preciso uma foto da fachada principal, constando a selagem da unidade imobiliária, e outra da selagem. Na situação de mais de uma unidade imobiliária por edificação, deverá haver a foto da fachada da edificação, assim como das selagens das unidades imobiliárias no lote. Exemplo da pintura de selo:

O selo, ou seja, o indexador atribuído é formado por 4 números:

Quadra	00
Lote	00
Edificação	00
Unidade imobiliária	000

Quadra	00		
Lote	00		
Edificação	00		
Unidade imobiliária	000		

Como resultado dessa etapa, tem-se a Planta de Selagem com a identificação das quadras, lotes, edificações e unidades. As unidades cadastradas têm as fachadas fotografadas.

Recomenda-se que a selagem seja feita com números visíveis, na fachada principal do imóvel, com tinta preta, aplicação em spray sobre numeração de sistema de molde vazado.

- **Planta baixa das unidades imobiliárias**

A planta baixa do cadastro da unidade imobiliária deverá conter a representação gráfica do perímetro físico da edificação, incluindo todos os elementos que a compõem. Essa planta será utilizada para fins de cadastro e deverá atender aos seguintes critérios:

- Indicação da numeração da unidade, conforme atribuição constante na planta de cadastro de selagem;
- Área total da edificação, expressa em metros quadrados (m²);
- Indicação dos acessos à edificação, como portas de entrada;

- Coordenadas geodésicas de todos os vértices da edificação, em sistema de referência geodésico oficial (ex.: SIRGAS 2000);
- Dimensões externas da edificação, incluindo cotas totais entre os vértices do perímetro;
- Representação de escadas, preferencialmente na escala 1:50;
- Indicação dos números dos lotes vizinhos, conforme identificados na planta de cadastro de selagem.
- Registro fotográfico, após a selagem todas as fachadas principais dos imóveis deverão ser fotografadas. Os imóveis vazios deverão ser selados, fotografados e ter seus dados físicos externos cadastrados. No caso dos terrenos vazios estes não deverão ser selados, mas deverão ser fotografados tomando-se o cuidado, se possível, de fotografar também o selo identificador da edificação vizinha para fins de reconhecimento e localização.

Os lotes em construção deverão ser selados se estiverem com suas paredes acima de 1,20 m de altura e fotografados. Quando a construção estiver apenas em sua base o procedimento deverá ser o mesmo utilizado para os terrenos vazios.

O arquivo da planta deverá ser entregue em formato DWG, obedecendo ao modelo estabelecido no Anexo I.

- **Formulário de cadastramento físico – territorial**

O formulário físico-territorial, estruturado por tópicos e fornecido pela contratante, será aplicado por meio de pesquisa censitária e observação direta, com o objetivo de verificar a situação de habitabilidade das famílias residentes nas áreas de intervenção, além de registrar a situação existente das unidades imobiliárias antes do início de possíveis intervenções.

As informações coletadas servirão como base técnica para a definição das ações de intervenção física no território, além de subsidiar a escolha das metodologias a serem adotadas nas demais atividades do projeto.

O formulário de Cadastramento Físico-Territorial tem a função de coletar informações detalhadas sobre as unidades imobiliárias, suas características físicas, estruturais e de uso, bem como sobre a infraestrutura disponível no local. O formulário é composto por tópicos organizados em 10 seções principais, conforme descrito a seguir:

- **Identificação** – o preenchimento é obrigatório, indicando data, nome do pesquisador e nome do supervisor.
- **Situação do cadastro físico (unidade imobiliária)** - Indicar a condição de realização ou não do cadastro físico-territorial e a necessidade de retorno para complementar informação.
- **Dados do imóvel (identificador da unidade imobiliária)** - Indicar os números da quadra, lote, edificação e unidade. Correspondem à identificação da selagem da unidade imobiliária.
- **Categoria De Uso (unidade imobiliária)** - Refere-se à destinação da unidade imobiliária:
 - Residencial, quando é usado apenas como moradia;
 - Misto, quando no mesmo espaço da moradia se desenvolve algum tipo de atividade comercial ou de serviço;

- Institucional quando se destina a atividades ligadas ao governo como posto de saúde, escolas, etc.
- Religioso destinado exclusivamente a cultos religiosos de qualquer natureza.
- Comercial quando se destina exclusivamente a uma atividade de comércio ou serviço.
- Sem uso, quando se constata que na unidade imobiliária não ocorre nenhum tipo de atividade.

Para as categorias dos **itens 2 a 5 deverão ser especificados o tipo** da atividade, serviço e/ou razão social.

• **Lote (caracterização)** - Marcar as alternativas pertinentes à caracterização do lote quanto a:

- Nível de ocupação;
 - o Vazio **e cuidado**;
 - o Vazio e abandonado;
 - o Ruína, lote ocupado por edificação desabitada e em processo de deterioração causado pelo tempo e/ou intempéries (sem cobertura, paredes degradadas ou parcialmente destruídas).
 - o Construído, lote ocupado por edificação construída, com ou sem ocupação.
 - o Construção em andamento, lote ocupado por edificação em processo de construção.
 - o Construção paralisada, lote ocupado por construção iniciada e, por qualquer motivo, paralisada, mas sem ocupação humana.

Para os itens 5 ou 6 deverão ser registrados o estágio da construção (fundação, paredes incompletas e cobertura).

- Fechamento;
- Tipo de acesso ao lote.

• **Edificação (caracterização)** - Marcar as alternativas pertinentes à caracterização da edificação quanto a:

- Gabarito;
- Tipo de construção;
- Paredes;
- Revestimento da fachada - marcar a característica predominante da fachada principal;
- Revestimento externo - marcar a característica predominante das paredes externas, desconsiderando a fachada principal já analisa no item anterior;
- Cobertura;
- Risco - marcar se há evidência de situações de risco para a edificação;
- Padrão da edificação - marcar considerando aspectos físicos da edificação;

- Precário, quando a edificação apresenta elevado grau de risco (observar riscos de desabamento, deslizamento e soterramento) e condições construtivas precárias (observar as paredes, estrutura, instalações sanitárias e/ou cobertura);
 - Regular, quando a edificação apresenta baixo grau de risco e condições construtivas regulares;
 - Bom, quando a edificação não possui grau de risco e apresenta condições construtivas regulares ou boas;
- **Unidade Imobiliária (caracterização)** - Marcar as alternativas pertinentes à caracterização da unidade imobiliária quanto a:
 - Tipologia (referente à unidade imobiliária);
 - Número de cômodos;
 - Número de quartos;
 - Número de pavimentos - Atenção! Esse item se refere ao número de pavimentos da unidade imobiliária. Não é referente ao gabarito da edificação;
 - Número de sanitários;
 - Piso;
 - Revestimento interno;
 - Esquadrias;
 - Situação da cozinha - incluindo registrar se tem pia;
 - Situação do sanitário - incluindo registrar o tipo de uso (particular ou coletivo) e se possui vaso sanitário, chuveiro e lavatório;
- **Dados de infraestrutura** - Marcar as alternativas pertinentes a cada uma das questões de:
 - Abastecimento de água;
 - Esgotamento sanitário;
 - Energia elétrica.
- **Croqui do pavimento térreo com lote (cotar)** - Apresentar desenho do pavimento registrando as principais dimensões da unidade imobiliária e sua implantação com o lote e calculando o valor total da área.
- **Croqui do primeiro pavimento (cotar)** - Apresentar desenho do pavimento registrando as principais dimensões da unidade imobiliária e calculando o valor total da área.
- **Croqui do segundo pavimento (cotar)** - Apresentar desenho do pavimento registrando as principais dimensões da unidade imobiliária e calculando o valor total da área.
- **Registro fotográfico** - Realizar registro fotográfico da unidade imobiliária.

Lembrete: o técnico deve sempre lembrar que caso encontre situações diferentes das relacionadas no questionário, ou que gerem alguma dúvida no preenchimento, registrar na folha de observação e sempre encaminhar essas situações para o supervisor da pesquisa.

Como exceção, os produtos deverão ser entregues em formato digital (em mídia eletrônica e pen drive) e em formato físico (impresso).

3.5.4. Levantamento Batimétrico

Os serviços deverão ser realizados para a obtenção do relevo do fundo de uma área oceanográfica, lacustre ou fluvial canais naturais ou artificiais. Será integrada à planta do Levantamento Planialtimétrico, devidamente referenciada, a poligonal representada na planta que acompanha a especificação e às RN (Referência de Nível) que serão indicadas e localizadas em croquis anexos.

Metodologia - As profundidades deverão ser obtidas com o uso de ecobatímetro digital instalado em embarcação apropriada para deslocar-se no espelho d'água em questão. A embarcação deverá percorrer linhas paralelas distantes entre si de até 15 metros, conduzida por um sistema de navegação digital. O posicionamento da embarcação será monitorado por GPS integrado por "software" de Batimetria com perfil das profundidades produzidas pelo ecobatímetro. Nos casos onde a profundidade não permita as leituras por ecobatímetro, as avaliações deverão ser por taqueométrica. Os dados serão registrados em meio magnético para produção do mapa. Nas margens onde a lâmina d'água não permita a navegação, quando necessário, deverá ser realizado nivelamento topográfico para a integração com Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), adotando como prioridade:

- Marcos geodésicos do IBGE com coordenadas no SIRGAS 2000, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.334/2005;
- Marcos locais ou regionais integrados oficialmente ao SIRGAS 2000 e aceitos pela FMLF;
- Pontos de apoio implantados pelo prestador, desde que sejam processados com técnicas GNSS de alta precisão, e ajustados ao sistema oficial SIRGAS 2000.

O sistema de projeção adotado deverá ser o UTM, fuso 24S, referenciado ao DATUM SIRGAS2000.

Quando ocorrer a existência de grandes volumes sedimentados ao fundo, executar a identificação dos mesmos através de mergulhador.

A aparelhagem a ser utilizada deverá atender as exigências da ABNT e do Centro de Hidrografia da Marinha - CHM, devendo ser aferida e calibrada para garantir as tolerâncias especificadas: de posição, 0,50 metros e de profundidade, 0,10 metros.

3.5.5. Levantamento de Obras D'Arte Especiais

Os elementos de obras d'arte especiais deverão contemplar: largura útil das pistas, largura dos passeios, vão total, guarda-corpos, encontros, locações de pilares, se as fundações ficarem vistas também deverá ser cadastrados, projeções e gabarito (no caso de viadutos), determinando-se a diferença entre a cota da via e a cota da face inferior da viga do viaduto, bem como demais elementos necessários a caracterização da estrutura.

3.5.6. Implantação do marco geodesico com transporte de coordenadas e cotas do MR marco de referência.

A contratada deverá implantar um marco geodésico de referência planialtimétrica dentro da poligonal de intervenção, apresentando suas coordenadas geográficas e altitudes (cotas) devidamente referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), com base no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – SIRGAS 2000, conforme estabelecido pelas normas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nos termos do Decreto nº 5.334, de 6 de janeiro de 2005.

Este serviço prevê que a Contratada deverá determinar as coordenadas da área de forma precisa e adequada, podendo fazê-lo por meio do transporte de coordenadas a partir de marcos geodésicos de referência existentes ou, alternativamente, por meio de levantamento com Sistema de Posicionamento Global (GPS), utilizando métodos de alta precisão, como rastreamento em tempo real (RTK) ou pós-processamento.

O Memorial descritivo deverá conter relação de todos os marcos implantados, suas coordenadas UTM- Fuso 24 e geográficas, DATUM Sirgas (IBGE) 2000, Modelo de Geoide, precisão horizontal e vertical, RMS.

O memorial descritivo que acompanha o levantamento topográfico deverá conter a relação completa de todos os marcos geodésicos implantados, apresentando para cada um as seguintes informações técnicas:

- Coordenadas UTM, referenciadas ao Fuso 24S;
- Coordenadas geográficas (latitude e longitude);
- Datum: SIRGAS 2000 (IBGE);
- Modelo de geoide utilizado (ex: MAPGEO 2015 ou mais recente);
- Precisão horizontal e vertical estimada;
- Erro médio quadrático (RMS) dos levantamentos realizados;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Natureza dos serviços

A demanda apresentada corresponde à prestação de serviço que se enquadra no Artigo 6º inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021, o qual classifica-se na categoria de serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA: TODO SERVIÇO DE ENGENHARIA QUE TEM POR OBJETO AÇÕES, OBJETIVAMENTE PADRONIZÁVEIS EM TERMOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE, DE MANUTENÇÃO, DE ADEQUAÇÃO E DE ADAPTAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM PRESERVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DOS BENS

4.2. Requisitos Gerais

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regularizada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento a quais deverão atender às seguintes exigências

- A empresa deve estar legalmente constituída, autorizada pelos órgãos competentes, e atender à legislação vigente e aos padrões de sustentabilidade exigidos;
- Deverá possuir Certidões de Acervo Operacional (CAO), comprovando a realização de serviços topográficos.

- Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução dos serviços com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- A empresa deverá possuir estrutura de gerenciamento de projetos que assegure o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade, a ser apresentada na proposta técnica;

4.3. Requisitos legais

- Observância das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) aplicáveis aos serviços topográficos, especialmente as que tratam de levantamentos planialtimétricos e georreferenciamento.
- Resolução PR nº 22, de 21/07/1983 – IBGE – Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos;
- Resolução PR nº 1, de 25/02/2005 - IBGE - Altera o Sistema Geodésico Brasileiro para o SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas;
- Cumprimento integral da legislação ambiental vigente (federal, estadual e municipal), especialmente no que tange à intervenção em áreas sensíveis, preservação de vegetação nativa e descarte de resíduos.
- Atendimento às normas de segurança do trabalho, com especial atenção ao uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e à prevenção de acidentes em campo.
- A contratada deverá estar em dia com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive com comprovação de regularidade junto ao FGTS, INSS.
- NBR ABNT nº 13.133/1994 - Procedimentos para Execução de Levantamentos Topográficos;
- NBR ABNT nº 15.177/2009 – Procedimentos de convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais – escalas 1:10.000, 1:5.000, 1:2.000 e 1:1.000;
- BRASIL, Lei nº 12.651/2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- Conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais normativas específicas para a contratações públicas;
- Em conformidade com o que estabelece o Capítulo II do Decreto - Lei nº 89.817/1984 – a qual trata das Normas Técnicas da Cartografia Nacional;
- Lei nº 5.194/1966 regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências;
- Decreto-Lei nº 1.177/1971: Aerolevantamentos no Território Nacional;
- Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

- Resolução CONFEA nº 1.137/2023 que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências.
- Decisão Plenária PL 2289/2023 que define que os valores a serem cobrados pelos Creas para a emissão da Certidão de Acervo Operacional sejam os mesmos praticados para a emissão de Certidão de Acervo Técnico, dada a similaridade de conteúdo entre as certidões, e dá outra providência.
- IBGE. Especificações e normas para levantamentos geodésicos associados ao Sistema Geodésico Brasileiro, 2017;
- os serviços devem seguir as normas da ABNT, CONFEA/CREA e diretrizes do IBGE/SIRGAS 2000, especialmente para georreferenciamento e precisão altimétrica.
- Apresentar a declaração de que a empresa cumpra com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. Requisitos de sustentabilidade

Com o objetivo de promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de boas práticas sustentáveis na contratação de serviços técnicos, a empresa contratada deverá observar, obrigatoriamente, os seguintes critérios durante a execução dos serviços de topografia:

- Emprego de métodos e tecnologias de baixo impacto ambiental, incluindo a utilização de equipamentos modernos e calibrados que reduzam a necessidade de retrabalho e deslocamentos excessivos.
- Adoção de técnicas de campo que minimizem a interferência em áreas naturais, respeitando a vegetação nativa, evitando descarte inadequado de resíduos e priorizando a coleta seletiva.
- Implementação de ações que promovam a gestão eficiente de água e energia, como:
 - Uso consciente de energia elétrica nos escritórios e bases operacionais;
 - Redução de consumo de combustíveis fósseis por meio de logística otimizada e veículos com baixa emissão.
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica;
- Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios.

5. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

Não se aplica, em razão da natureza dos serviços a serem contratados

6. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Não se aplica, em razão da natureza dos serviços a serem contratados.

7. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE (INCISO IV DO ART. 41 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Não se aplica, em razão da natureza dos serviços a serem contratados

8. DEFINIÇÃO DE COTIZAÇÃO OU NÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

A futura contratação não possuirá participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerando o valor a ser licitado. Além disso, o valor da contratação não será divisível, não sendo possível reservar uma cota específica de 25% do objeto para microempresas ou empresas de pequeno porte.

Dessa forma, a contratação seguirá os procedimentos normais de licitação, sem reserva de cota específica ou exclusividade para microempresas ou empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação vigente.

Porém, as microempresas ou empresas de pequeno porte não estão impedidas de participar da licitação, podendo fazer uso dos demais privilégios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

A modalidade será por **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XLI.

O regime de execução do contrato será **com preço global**.

A adoção deste regime justifica-se pelo fato de proporcionar maior segurança à Administração quanto ao valor total a ser contratado, garantindo previsibilidade orçamentária e controle financeiro ao longo da execução contratual.

Adicionalmente, a avaliação das propostas torna-se mais simples e objetiva, uma vez que a comparação entre os licitantes é feita com base no valor global ofertado. Isso facilita a identificação da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei.

Outro aspecto relevante é que o regime de preço global é especialmente indicado para serviços cuja execução seja simples, rotineira ou baseada em metodologia padronizada, e cujo escopo esteja claramente definido, sem previsão de alterações significativas durante sua execução.

Diante disso, o regime de preço global revela-se o mais adequado à natureza do objeto, garantindo maior eficiência, previsibilidade e segurança jurídica para a Administração Pública.

10.FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

A formalização da presente contratação será realizada por meio de Contrato Administrativo, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

Justifica-se a adoção do contrato, tendo em vista que:

- A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e contínua, conforme demanda da Administração;
- Os pagamentos serão efetuados por ordem de serviço emitida, vinculados à efetiva entrega dos produtos técnicos, os quais deverão estar de acordo com os critérios de medição e validação definidos neste Termo de Referência e no contrato;
- O contrato assegura o acompanhamento, o controle e a fiscalização adequados da execução, considerando a complexidade técnica dos serviços de levantamento planialtimétrico cadastral, levantamento arquitetônico cadastral de imóveis e batimetria;
- Garante-se, ainda, o cumprimento das obrigações contratuais e das condições estabelecidas, nos moldes da legislação vigente

11.MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Condições de execução

A execução dos serviços terá início somente após a assinatura do contrato e a emissão formal da Ordem de Serviço (OS) pela Fundação Mario Leal Ferreira - FMLF e a empresa contratada.

Cronograma de realização dos serviços após a demanda ser definida pela FMLF:

Considerando que se trata de contratação por demanda, os serviços serão realizados de forma parcelada e sequencial, conforme as necessidades da contratante e mediante a emissão de Ordens de Serviço específicas para cada frente de trabalho ou localidade.

A execução do objeto contratado seguirá a seguinte dinâmica operacional:

- Solicitação de Estimativa Orçamentária

A Contratante encaminhará, por e-mail, ao responsável pelo contrato, os dados referentes à poligonal onde será realizada a topografia, ou a localização do imóvel a ser cadastrado. Os dados serão enviados nos formatos CAD, DXF e PDF, juntamente com a especificação do tipo de serviço a ser executado, conforme o item 3 deste Termo de Referência.

Com base nessas informações, será solicitado ao Contratado o envio da descrição do serviço, do valor correspondente, calculado de acordo com os preços unitários estabelecidos no contrato, e do respectivo prazo para execução.

O Prestador de Serviço deverá responder à solicitação no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o recebimento do e-mail.

- Da Emissão da Ordem de Serviço

Após a análise e aprovação da estimativa apresentada pela Prestadora, a Contratante emitirá a respectiva Ordem de Serviço, conforme o modelo apresentado abaixo.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 00

CONTRATANTE: Fundação Mário Leal Ferreira.

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXX.

ORDEN DE SERVIÇO: Fica o Contratado autorizado a realizar os serviços objeto constante do Contrato nº XXX de XX de XXXX de XXXX, resultante da licitação nº XXXX-FMLF, sob a modalidade XXXX, nos termos do Processo Administrativo nº XXXX-FMLF.

OBJETO: Elaboração de Levantamento Planialtimétrico da área denominada como XXXXX.

LOCALIZAÇÃO: Prefeitura Bairro XXXXXX

ÁREA ESTIMADA: XXXXXX m² (XXXX quadrados com oitenta e um centímetros).

VALOR ESTIMADO: R\$ XX.XXX.XX (XXXXX reais e XXXX centavos)

PRAZO: XX (xxxx) dias corridos contados a partir da emissão desta Ordem de Serviços.

OBSERVAÇÕES:

- Os serviços deverão ser executados e entregues de acordo com as normas contratuais;
- O levantamento deverá ser apoiado no sistema de projeção adotado deverá ser o UTM, fuso 24S, referenciado ao DATUM SIRGAS2000;
- No cadastro das árvores deverá constar o nome da espécie, indicação do diâmetro do tronco a 1,00 metro do chão, indicação da área das raízes, quando aparente;
- Identificar e cadastrar todas as cotas de fundo e de tampa dos PVs e caixa de coleta pluvial, bem como o diâmetro de entrada e saída das galerias, e o sentido de escoamento;
- Identificar e cadastrar todas as interferências das concessionárias encontradas, indicando as cotas de altimetria das tampas e localização dos elementos encontrados, referente a cada concessionária (COELBA, Telecom, gás, água potável e esgotos, etc.);
- Apresentar levantamento das seções transversais de 20 em 20 metros (xxx seções aprox.), tendo como referência o eixo longitudinal da via, limitadas entre as testadas das edificações;
- Cotas das soleiras de todas as edificações em ambos os lados das vias;
- Cadastro da entrada das ruas transversais até 10,00m de extensão de cada transversal;
- Estão inclusos no valor total, os seguintes itens:
 - Levantamento das seções transversais de 20 em 20 metros;
 - Transportes de coordenadas e de cotas RN;
- Também está incluído no valor total, o BDI de XX% do serviço solicitado, conforme estipulado no contrato;

Salvador, XX de XXXXXX de 202X

Recebido, em ____ de _____ de 202X

Responsável Contratante – FMLF

Responsável Contratado – XXXX

- **Da Execução dos Serviços de topografia**

A contratada deverá cumprir o prazo estabelecido na estimativa orçamentária. A contratante deverá informar semanalmente ao gestor do contrato a situação do serviço. Em caso de dúvidas sobre a execução do serviço, a contratada deverá consultar a contratante e, se necessário, interromper temporariamente a atividade para evitar equívocos.

- **Entrega de Serviço**

Assim que os serviços de levantamento forem finalizados, a contratada deverá realizar a entrega oficial por meio do e-mail institucional destinado ao fiscal do contrato, contendo os seguintes arquivos:

- Plantas e cortes topográficos ou cadastrais, nos formatos DWG e PDF;
- Pontos topográficos em 3D;
- Arquivos CTB correspondentes;
- Relatório resumo da topografia.

Para fins de arquivamento, deverá ser entregue, anualmente, em formato digital, por meio de pen drive, a compilação de todas as ordens de serviço realizadas durante o período anual.

No caso específico do Cadastro Físico Perimetral para fins de selagem, os formulários deverão ser entregues em duas versões:

- Digitalizada (em formato eletrônico, legível e organizado); e
- Física (os formulários originais preenchidos em campo, devidamente identificados).

Os técnicos da FMLF analisarão o material entregue e, estando aprovado, será solicitado o encaminhamento da medição.

- **Envio do Medição**

Após a aceitação do produto, a prestadora de serviço será autorizada a emitir a medição, que deverá ser assinada e reenviada para posterior inclusão no processo de solicitação de pagamento.

- **Emissão de Nota Fiscal**

Somente será autorizada a emissão da nota fiscal mediante prévia aprovação e solicitação, por e-mail, dos gestores do contrato.

O processo de solicitação de pagamento deverá ser encaminhado em arquivo único, no formato PDF, respeitando a ordem indicada abaixo, contendo obrigatoriamente todos os documentos especificados:

- ✓ Carta de encaminhamento dos documentos para solicitação de abertura do processo de pagamento (o modelo da carta de encaminhamento é apenas uma sugestão e pode ser adaptado conforme critério da contratada).
- ✓ Nota Fiscal eletrônica;

Salvador, XX de mês de 2025.

À
FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA GERENCIA DE PROJETOS ESPECIAIS SALVADOR – BA

At.: Responsável do contrato

Senhor,

Encaminhamos a V. Sas., Nota Fiscal nº XXX, emitida nesta data, no valor de R\$ XXXX (XXXX reais e noventa e XXXX centavos), referente a Ordem de Serviço XX e Medição nº XXXX, alusiva a TOPOGRAFIA XXXXX localizado na Rua XXXXX, município de Salvador – Bahia. Contrato nº xxx/2025.

Atenciosamente,

- ✓ Boletim de Medição assinado e aprovado pelo gestor do contrato;
- ✓ Ordem de Serviço assinado pela FMLF e a contratada;
- ✓ “Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união” da empresa contratada;
- ✓ Certidão Negativa de débitos Tributários;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Mobiliários;
- ✓ Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos trabalhistas;
- ✓ Digitalizar todos os documentos em conjunto e encaminhar, em arquivo único no formato PDF, para o gestor do contrato por e-mail.

11.2. Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão executados em diversos locais da cidade de Salvador incluindo Ilhas, conforme especificado nas Ordens de Serviço (OS) emitidas. No entanto, todas as reuniões de alinhamento, apresentações parciais ou finais, bem como demais atividades, ocorrerão nas instalações da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

A execução dos serviços não terá restrição de horário, ficando a critério da contratada a definição da jornada de trabalho necessária para o cumprimento das atividades. Ressalta-se, entretanto, que quaisquer custos adicionais decorrentes da realização de atividades fora do horário comercial serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não sendo aceitas justificativas para solicitação de acréscimo de valores ou prorrogação de prazos por esse motivo.

11.3. Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, por sua conta, todos os materiais, equipamentos e demais recursos necessários, em quantidades e qualidades mínimas suficientes para a realização correta e eficiente do levantamento topográfico. A contratada será responsável por promover a substituição imediata de quaisquer itens que apresentem falhas, defeitos ou inadequações, sem qualquer ônus adicional à contratante.

11.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda da FMLF tem como base o escopo de serviços definido no **item 3** do presente Termo de Referência.

11.5. Procedimentos de transição e finalização do contrato

Ao término da vigência contratual, ou em caso de rescisão antecipada, a contratada deverá adotar todos os procedimentos necessários para garantir a transição adequada e a finalização dos serviços prestados, sem prejuízos à continuidade das atividades da administração pública.

Dentre os procedimentos exigidos, destacam-se:

- ✓ Entrega formal de todos os produtos, documentos, relatórios técnicos, plantas, arquivos digitais e demais materiais elaborados no âmbito do contrato, em formato digital conforme especificado pela contratante;
- ✓ Realização de ajustes ou correções apontadas pela fiscalização, dentro do prazo determinado, como condição para o aceite final dos produtos;
- ✓ Assinatura de Termo de Encerramento Contratual, condicionada à quitação de todas as obrigações previstas contratualmente, incluindo a entrega dos produtos finais devidamente aprovados pela contratante.

O descumprimento desses procedimentos poderá acarretar sanções administrativas, conforme previsto na legislação vigente e no instrumento contratual.

12.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente por ambas as partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro dessas circunstâncias em apostila contratual.

Após a assinatura do contrato, a Fundação Mário Leal Ferreira poderá convocar a contratada para reunião inicial de alinhamento, na qual será apresentado o plano de fiscalização, com a definição de procedimentos, cronograma de acompanhamento e obrigações relativas ao controle e à supervisão da execução dos serviços contratados.

As comunicações entre a Contratante (Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF) e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagens eletrônicas com confirmação de envio e recebimento.

A contratada poderá ser convocada a qualquer tempo pela FMLF para adoção imediata de providências consideradas necessárias ao bom andamento dos serviços, devendo atender prontamente às solicitações, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

Para cada serviço solicitado mediante Ordem de Serviço (OS), a contratante disponibilizará uma poligonal estimada da área ou das áreas objeto do respectivo serviço. Ressalte-se que tais poligonais são apenas orientativas, podendo a contratada, com prévia anuência da Contratante, ajustá-las conforme a realidade constatada em campo.

12.1. Designação do Preposto

O preposto indicado pela empresa contratada será o coordenador técnico que integrou a equipe técnica apresentada na fase de licitação, devendo ser formalmente designado no instrumento contratual, com a devida indicação de seus poderes e responsabilidades no tocante à execução do objeto contratado.

O preposto representará a contratada durante toda a vigência contratual, sendo-lhe vedado recusar-se a receber, formalmente, comunicações, notificações ou instruções da Administração, bem como deixar de prestar os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato.

12.2. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado, ou por seus respectivos substitutos, conforme previsto no artigo 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico designado acompanhará a execução do contrato, com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência (TR), assegurando os melhores resultados para a Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF.

O fiscal técnico deverá registrar, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relevantes relacionadas à sua execução, incluindo a descrição das ações necessárias para a regularização de faltas, falhas ou defeitos eventualmente identificados, conforme o disposto no §1º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

Sempre que constatadas inexistências ou irregularidades na execução do objeto contratual, o fiscal técnico emitirá notificações formais à contratada, estabelecendo prazos razoáveis para correção.

Cabe ainda ao fiscal técnico informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que exija decisão ou adoção de providência que ultrapasse sua competência, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Na hipótese de ocorrências que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos contratuais, o fiscal técnico comunicará o fato de forma imediata ao gestor do contrato, permitindo a adoção tempestiva das medidas necessárias.

O fiscal técnico deverá, também, comunicar ao gestor do contrato, com a devida antecedência, o término da vigência contratual, com vistas à possibilidade de renovação ou prorrogação, se for o caso.

Ao final da vigência contratual, o fiscal técnico será responsável pela elaboração e entrega de relatório final circunstanciado, contendo análise detalhada da execução do contrato, dificuldades enfrentadas, soluções aplicadas, bem como orientações que favoreçam a transição contratual. Esse relatório deverá possibilitar a transferência de conhecimento, tecnologia e metodologias empregadas, evitando perda de informações relevantes.

Compete ainda ao fiscal técnico:

- Fornecer, por escrito, as informações necessárias à adequada execução dos serviços contratados;
- Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços prestados, após o respectivo recebimento;

- Manter arquivados, de forma organizada, todos os documentos relacionados à execução contratual, incluindo projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e seus aditivos, relatórios de inspeções técnicas e notificações expedidas.

12.4. Gestor do contrato

O gestor do contrato será responsável por acompanhar os registros efetuados pelo fiscal técnico e por monitorar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, bem como as respectivas medidas corretivas adotadas. Sempre que as situações identificadas ultrapassarem sua competência, o gestor deverá encaminhá-las, em tempo hábil, à autoridade superior.

Compete ao gestor do contrato coordenar a atualização contínua do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, mantendo organizado o histórico de gerenciamento do contrato, o qual deverá conter todos os registros formais da execução, tais como ordens de serviço, ocorrências, alterações contratuais, prorrogações, notificações e demais documentos pertinentes. Com base nesses registros, deverá elaborar relatórios com vistas à verificação da necessidade de ajustes no contrato, assegurando o atendimento ao interesse público.

O gestor do contrato também acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, com vistas à emissão de empenho e à autorização de pagamento, devendo registrar, no relatório de riscos eventuais, quaisquer problemas que comprometam o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

Com base nas informações prestadas pelo fiscal técnico, o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação do desempenho da contratada no cumprimento de suas obrigações contratuais, considerando os indicadores previamente definidos e objetivamente aferidos. Esse documento deverá mencionar o grau de desempenho, o eventual descumprimento de cláusulas e as penalidades aplicadas, sendo inserido no cadastro de atesto de cumprimento das obrigações.

Caso sejam identificadas irregularidades ou descumprimentos contratuais passíveis de sanção, o gestor do contrato adotará as providências necessárias para a instauração do devido processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido pela comissão instituída nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor competente.

Ao término da vigência contratual, o gestor deverá elaborar relatório final contendo a avaliação da execução do objeto contratado, com destaque para a consecução dos objetivos que justificaram a contratação, bem como eventuais recomendações para o aprimoramento da gestão e das atividades da Administração.

12.5. Subcontratação

A contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar a totalidade dos serviços objeto deste contrato.

Excepcionalmente, será permitida a subcontratação do item 5 da planilha orçamentária, referente ao cadastro arquitetônico, desde que haja prévia e expressa autorização do contratante.

Caso seja autorizada a subcontratação de parte dos serviços, caberá à contratada a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, permanecendo integralmente responsável, perante o contratante, pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais relativas ao objeto da subcontratação.

12.6. Responsabilidade Técnica

A contratada obriga-se a emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços executados, nos termos da legislação aplicável, a ser assinada pelo coordenador responsável integrante da equipe técnica chave.

A ART deverá ser apresentada à Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF após a realização dos serviços ou conforme estabelecido no cronograma contratual.

O descumprimento desta obrigação sujeitará a contratada às penalidades previstas no contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na forma da legislação vigente.

12.7. Confidencialidade das Informações

A contratada compromete-se a manter estrita confidencialidade sobre todas as informações, documentos, dados técnicos, operacionais e administrativos a que tiver acesso em razão da execução do presente contrato, bem como sobre quaisquer elementos relacionados direta ou indiretamente aos serviços prestados.

Fica vedada à contratada a divulgação, reprodução, cessão ou utilização de tais informações para quaisquer fins que não os estritamente necessários à execução contratual, salvo mediante autorização prévia e expressa da Contratante, formalizada por escrito.

A obrigação de sigilo subsistirá durante toda a vigência contratual e após o seu encerramento, por prazo indeterminado, estendendo-se a todos os colaboradores, prepostos e eventuais subcontratados da contratada.

O descumprimento desta cláusula sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis na esfera administrativa, civil e penal.

13. CRITÉRIOS DE ENTREGA DO PRODUTO E PAGAMENTO

13.1. Do Recebimento

As planilhas de medição devem ser aprovadas pela contratante através do técnico designado para acompanhamento dos trabalhos executados. Devem conter como anexos: relatórios fotográficos dos serviços feitos durante o andamento daquela OS e toda a memória de cálculo dos quantitativos e dos serviços realizados.

Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados finalizados na sua totalidade e aprovados pela Fiscalização.

Considera-se a etapa devidamente concluída quando todos os serviços previstos para tal etapa, forem integralmente entregues.

Os serviços serão recebidos e analisados pelo fiscal técnico do contrato, mediante a emissão de termos detalhados, condicionada à verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133, de 2021.

- O prazo para análise será contado a partir da entrega do produto.
- Os produtos decorrentes da execução dos serviços deverão ser entregues em meio digital, conforme especificações técnicas estabelecidas pela Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF.

- Excepcionalmente, o Cadastro Físico Perimetral para fins de selagem deverá ser entregue em duas vias, uma em Meio digital, conforme padrão adotado e a segunda Meio físico, devidamente impresso e encadernado, conforme orientações da fiscalização.
- A entrega do material físico deverá ser acompanhada de ofício, no qual conste a relação detalhada dos documentos e arquivos entregues, identificando o conteúdo, a data de elaboração e o responsável técnico, quando aplicável.
- Para fins de recebimento, o fiscal técnico deverá apurar os resultados das avaliações relativas à execução do objeto contratual, incluindo, quando aplicável, a verificação da qualidade da prestação dos serviços, com base nas planilhas previstas no contrato. As conclusões deverão ser registradas em relatório técnico, a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- A fiscalização não procederá ao ateste do último produto enquanto não forem sanadas, pela contratada, todas as pendências eventualmente apontadas no Recebimento Provisório, nos termos dos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

Os produtos entregues não atendendo aos quesitos de qualidade serão considerados com erros de concepção, devendo a contratada justificar a solução proposta ou corrigir as falhas, além das consequências de apuração de responsabilidade.

Produtos que não atenderem aos requisitos de qualidade definidos serão considerados como contendo erros de concepção, cabendo à contratada apresentar justificativa técnica para a solução proposta ou proceder à devida correção das falhas apontadas, sem prejuízo das sanções cabíveis decorrentes da apuração de responsabilidade.

Os serviços serão recebidos em caráter definitivo no prazo estipulado na respectiva Ordem de Serviço (OS), mediante verificação da conformidade quanto à qualidade e à quantidade dos serviços executados, sendo a aceitação formalizada conforme os seguintes procedimentos:

- Emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual;
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.
- Emitir Termo de aceitação para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor aprovado na medição.
- Enviar a documentação pertinente ao setor de Gerencia Financeira - GERAf para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão do contrato.

O recebimento dos produtos não exime a contratada da responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, tampouco da responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal, devidamente atestado pelo fiscal do contrato, para fins de liquidação da despesa, caberá ao setor competente verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pela contratada contém todos os elementos obrigatórios e essenciais à validação do pagamento, conforme abaixo:

- a) prazo de validade do documento fiscal;
- b) data de emissão;
- c) identificação completa do contrato e da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF;
- d) período de execução contratual correspondente;
- e) valor líquido a pagar;
- f) destaque dos valores referentes às retenções tributárias legais, quando aplicável.

Havendo qualquer erro material ou formal no documento fiscal apresentado, ou irregularidade que impeça a liquidação da despesa, esta será sobrestada até a devida regularização pela contratada.

O prazo para liquidação será interrompido até que a contratada adote as medidas corretivas necessárias e comprove a regularização da pendência, reiniciando-se a contagem do prazo após o saneamento, sem que disso decorra qualquer ônus adicional para a Contratante.

O pagamento será efetuado somente após a conclusão do processo de liquidação e de acordo com a programação orçamentária e financeira da FMLF.

13.3. Prazo De Pagamento

Os pagamentos à contratada serão realizados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela fiscalização da Contratante, e condicionados à aprovação da execução dos serviços, conforme previsto no cronograma físico-financeiro e plano de desembolso.

A liberação do pagamento dependerá da verificação, pela fiscalização, da conformidade dos serviços executados com as condições pactuadas no Termo de Referência, no contrato e nas respectivas Ordens de Serviço.

Eventuais erros, omissões ou irregularidades na documentação apresentada, ou a execução parcial ou inadequada dos serviços, ensejarão a suspensão da contagem do prazo de pagamento, que será retomada somente após a regularização pela contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades, se for o caso.

Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária Bradesco, mediante transferência eletrônica, após a conclusão do processo de liquidação da despesa pelo setor competente.

13.4. Forma De Pagamento

Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os insumos, materiais, mão de obra, transportes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, financeiros, bem como impostos, taxas, lucros, bonificações e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas à perfeita execução dos serviços, conforme especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, no Edital e demais documentos da licitação, constituindo-se na única remuneração devida pela Contratante à contratada pelos trabalhos contratados e executados.

Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados em conformidade com as Ordens de Serviço finalizadas, entregues e devidamente aprovadas pelo fiscal do contrato, para cada pagamento, a contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- Nota Fiscal/Fatura devidamente preenchida e emitida de acordo com a legislação vigente;
- Produto entregue e aprovado pela fiscalização;
- Atestado de Conformidade, emitido pelo fiscal técnico do contrato, atestando a execução dos serviços em conformidade com os termos contratuais.

A liberação do pagamento está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como à inexistência de pendências técnicas em relação aos serviços prestados.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, com crédito em conta corrente de titularidade da contratada, junto ao Banco Bradesco, conforme dados previamente informados. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária, nos termos do Decreto Municipal nº 23.856/2013.

Quando da efetivação dos pagamentos, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, nos percentuais legalmente estabelecidos, independentemente dos valores indicados na planilha de custos apresentada pela contratada.

A contratada regularmente optante pelo regime do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá retenção na fonte quanto aos tributos e contribuições abrangidos por esse regime tributário favorecido, desde que comprove, por meio de documento fiscal oficial, sua condição de optante, válido na data da emissão da nota fiscal ou fatura. O pagamento ficará condicionado à apresentação dessa comprovação.

O pagamento de cada serviço será realizado individualmente, por produto, após a entrega da versão definitiva do respectivo serviço e sua aprovação final pela fiscalização da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF, mediante a emissão do correspondente Atestado de Conformidade pela equipe técnica responsável.

13.5. Antecipação de pagamento

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, em nenhuma hipótese.

Os produtos serão pagos conforme os eventos preestabelecidos no anexo “Critérios de Entrega de Produtos e Pagamento”, e somente após sua devida aprovação pela fiscalização técnica da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF, mediante emissão do Atestado de Conformidade.

No processo de pagamento, deverá constar, obrigatoriamente, a alíquota real do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, adotada pela Prefeitura Municipal de Salvador, nos termos da legislação vigente.

13.6. Regras de recebimento definitivo

O recebimento definitivo dos serviços não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, qualidade e segurança dos projetos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela legislação vigente e pelas disposições contratuais.

14.FORMA DE SELEÇÃO DO CONTRATADO / FORNECEDOR

A empresa especializada para prestação de serviços de levantamento planialtimétrico cadastral, levantamento arquitetônico cadastral de imóveis e batimetria, será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o regime de empreitada por **preço global**.

15.CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO**15.1. Equipe técnica da licitante**

A proposta técnica deverá apresentar o nome dos profissionais que comporão a equipe técnica chave, conforme descrito abaixo:

TABELA 01 – EQUIPE CHAVE

PROFISSIONAL	QUANT.
Coordenador Geral – Engenheiro Agrimensor	01
Coordenador de Topografia - Engenheiro Agrimensor	01
TOTAL DE PROFISSIONAIS	02

Integram ainda a equipe:

TABELA 02 – EQUIPE COMPLEMENTAR

PROFISSIONAL	QUANT.
Topógrafo	01
Nivelador	01
TOTAL DE PROFISSIONAIS	02

A equipe técnica deverá atender às seguintes condicionantes, conforme descrito abaixo:

- Coordenador Geral – profissional de nível superior em Engenharia de Agrimensura, com registro no CREA e com experiência em levantamento planialtimétrico e cadastral, incluindo a implantação de marco geodésico, com transporte de coordenadas e cotas a partir de marco de referência (MR), em áreas urbanas e/ou não urbanas.

- Coordenador de Topografia - profissional de nível superior em Engenharia de Agrimensura., com registro no CREA e com experiência em levantamento planialtimétrico e cadastral, incluindo a implantação de marco geodésico, com transporte de coordenadas e cotas a partir de marco de referência (MR), em áreas urbanas e/ou não urbanas.

A substituição dos Coordenadores e/ou dos profissionais que compõem a Equipe-chave somente poderá ocorrer em situações supervenientes, fortuitas ou de força maior, devendo o substituto possuir perfil técnico equivalente ou superior ao originalmente proposto, devidamente comprovado por atestados, e dependerá de prévia autorização da Contratante.

Deverá ser atendido o número mínimo de profissionais indicados nas tabelas 01 e 02, da equipe chave e complementar, respectivamente.

A participação no certame estará definida nas regras do Edital e na seguinte comprovação da qualificação técnica para fins de habilitação.

15.2. Experiência Anterior da empresa Licitante (EAL) – para habilitação

A comprovação da experiência anterior da licitante deverá ser realizada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços com características, portes e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

A Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF reserva-se o direito de realizar diligências nos locais indicados nos atestados apresentados, a fim de verificar a veracidade das informações declaradas pelas licitantes, podendo, se necessário, solicitar esclarecimentos ou documentos complementares.

Os atestados serão avaliados para fins de classificação ou desclassificação das licitantes, devendo ser apresentados de forma clara, legível e em conformidade com os critérios estabelecidos neste instrumento convocatório.

- a) A licitante deverá apresentar 01 (um) atestado para cada item relacionado abaixo, acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), todos devidamente registrados no CREA ou CAU, comprovando a realização de serviços similares aos que estão sendo contratados, conforme tabela 03.
 - Atestados que comprove experiência na realização de serviços de levantamento planialtimétrico e cadastral, incluindo a implantação de marco geodésico, com transporte de coordenadas e cotas a partir de marco de referência (MR), em áreas urbanas e áreas não urbanas acima de 170.000,00 m².
 - Atestado comprovando experiência na execução de serviços de locação de eixos.
 - Atestado comprovando experiência na execução de levantamento cadastral arquitetônico de imóveis, com área mínima de 650,00 m² (seiscentos e cinquenta metros quadrados).
 - Atestado comprovando experiência na execução de cadastro físico-perimetral para fins de selagem, com, no mínimo, 50 (cinquenta) unidades executadas.
 - Atestado comprovando experiência em levantamento batimétrico;
- b) Além dos atestados mencionados no item “a”, deverá ser encaminhado:
 - CAOs (Certidão de Acervo Operacional), emitidas em nome da própria empresa.
 - Certidão de registro da empresa junto ao seu respectivo conselho.

TABELA 03 - RESUMO DE ATESTADOS DA EMPRESA

Serviço	Unid.	Quant.	Nº de atestado
Atestado comprovando levantamento planialtimétrico e cadastral, incluindo a implantação de marco geodésico, com transporte de coordenadas e cotas a partir de marco de referência (MR),	m²	170.000	1
Atestado comprovando serviço de locação de eixos.	-	-	1
Atestado comprovando levantamento cadastral arquitetônico de imóveis	m²	650	1
Atestado comprovando cadastro físico-perimetral para fins de selagem	Un	50	1
Atestado comprovando serviços de levantamento batimétrico	-	-	1

TABELA 04 - RESUMO DE DOCUMENTOS DA EMPRESA

Serviço	Unid.	Quant.	Nº de atestado
CAOs (Certidão de Acervo Operacional), emitidas em nome da própria empresa	-	-	1
Certidão de registro da empresa junto ao seu respectivo conselho.	-	-	1

Observação: Poderá ser apresentado um único atestado que comprove a execução de todos os serviços supracitados.

15.3. Experiência da Equipe Técnica Chave (ET) - para habilitação

A equipe chave deverá ser composta por profissional de nível superior, com formação em Engenharia de Agrimensura.

- c) Cada coordenador técnico envolvido na equipe chave (tabela 01 e 02), deverá apresentar 01 (um) atestado para cada item relacionado abaixo, acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), todos devidamente registrados no CREA ou CAU, comprovando a realização de serviços similares aos que estão sendo contratados:
- Atestado que comprove experiência na coordenar de serviços de levantamento planialtimétrico e cadastral, incluindo a implantação de marco geodésico, com transporte de coordenadas e cotas a partir de marco de referência (MR), em áreas urbanas e/ou não urbanas acima de de 85.000 m².
 - Atestado comprovando experiência em locação de eixos;
 - Atestado comprovando experiência em levantamento cadastral arquitetônico de imóveis;

- Atestado comprovando experiência em serviços de cadastro físico-perimetral para selagem;
- d) Além dos atestados mencionados no item “c”, deverá ser encaminhado:
- Certidão de registro do profissional junto ao seu respectivo conselho;
 - Documento assinado pelo profissional autorizando a inclusão do seu nome, com a respectiva função a ser exercida na equipe técnica da licitante.

TABELA 05 - RESUMO DE ATESTADOS DOS COORDENADORES

Serviço	Unid.	Quant.	Nº de atestado
Atestado que comprove experiência na coordenar de serviços de levantamento planialtimétrico e cadastral, incluindo a implantação de marco geodésico, com transporte de coordenadas e cotas a partir de marco de referência (MR), em áreas urbanas e/ou não urbanas	m²	85.000	1
Atestado comprovando experiência em locação de eixos;	-	-	1
Atestado comprovando Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis	-	-	1
Atestado comprovando Cadastro físico-perimetral para fins de selagem	-	-	1
Atestado comprovando serviços de levantamento batimétrico	-	-	1

Observação: Poderá ser apresentado um único certificado que comprove a execução de todos os serviços supracitados.

16.INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU DIVULGAÇÃO JUSTIFICADA

Não há qualquer restrição quanto à divulgação do orçamento deste projeto. As informações orçamentárias são públicas, podendo ser amplamente compartilhadas e consultadas, em conformidade com os princípios da transparência e publicidade, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 14.133/2021.

17.DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

17.1. Obrigações da contratada

A contratada obriga-se a:

- Executar o objeto contratado de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e demais documentos integrantes do processo.
- Iniciar os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço (OS) pela Contratante.

- Apresentar, no prazo de até **30 (trinta) dias** após o recebimento da OS, a **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)** ou **RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)** devidamente registrada no Conselho Profissional competente, conforme o caso.
- Observar rigorosamente a legislação trabalhista, **não permitindo a utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de **aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos**, nem a de **menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre**.
- Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, **todas as condições exigidas para a habilitação na licitação**.
- Cumprir, durante a execução do contrato, as **reservas legais de vagas** previstas para **pessoa com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes**, conforme legislação vigente.
- **Manter sigilo absoluto** sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, salvo mediante autorização expressa e formal da Contratante.
- A contratada deverá atender, de forma pronta e eficaz, às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos e fornecer as informações que lhe forem solicitadas. O descumprimento injustificado dessa obrigação poderá ensejar a extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133.
- **Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir**, total ou parcialmente e **às suas expensas**, dentro do prazo fixado pela fiscalização, quaisquer vícios, defeitos ou incorreções nos serviços prestados, resultantes da execução inadequada ou de materiais empregados.
- Comunicar, imediatamente, à Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF, **qualquer ocorrência que possa interferir na execução regular dos serviços contratados**.
- **Abster-se de contratar**, durante a vigência contratual, **cônjuge, companheiro ou parente**, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente que atue na fiscalização ou gestão do contrato, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**.
- Responsabilizar-se pelo **recolhimento de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais** decorrentes da execução dos serviços.
- Executar os serviços dentro dos prazos e padrões de qualidade definidos, **respeitando todas as exigências do Edital e seus anexos**, responsabilizando-se por eventuais **danos ou prejuízos causados pelo descumprimento de obrigações contratuais**.
- Comunicar formalmente à Contratante, **em tempo hábil**, qualquer fato superveniente que possa comprometer a continuidade ou qualidade da execução dos serviços.
- **Designar formalmente preposto** com poderes para representá-la junto à Contratante, especialmente quanto ao acompanhamento da execução do contrato e ao recebimento de notificações, determinações ou comunicações oficiais.

17.2. Obrigações da contratante

- Providenciar as condições necessárias para o regular desempenho dos serviços, facilitando o acesso às informações, documentos, locais e recursos que se façam indispensáveis à execução contratual.

- Designar formalmente o fiscal e, se necessário, o gestor do contrato, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, promovendo o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução contratual.
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, por meio do agente designado, registrando em relatórios, planilhas ou outros meios apropriados, as ocorrências relevantes, adotando as providências cabíveis para sanar eventuais irregularidades.
- Analisar e atestar as Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela contratada, desde que os serviços tenham sido executados conforme as condições estabelecidas no contrato.
- Efetuar os pagamentos devidos à contratada, de acordo com os prazos e condições estipulados no contrato e na legislação vigente, observada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer falhas, vícios ou irregularidades detectadas na execução dos serviços, solicitando as devidas correções no prazo contratual estabelecido.
- Aplicar as penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada.
- Assegurar o cumprimento dos direitos da contratada, no que se refere à observância dos prazos estabelecidos contratualmente para análise, aceitação ou rejeição dos produtos entregues, nos termos da legislação vigente, garantindo a adequada tramitação e manifestação da Fundação, sem prejuízo ao equilíbrio contratual.
- Fiscalizar a execução dos serviços contratados, assegurando que estejam em conformidade com as especificações constantes na minuta contratual e na proposta apresentada pela contratada.
- Notificar a contratada, por escrito, sempre que forem identificados vícios, defeitos ou incorreções no objeto contratado, para que proceda à substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às suas expensas.
- Conferir os serviços ao final de cada etapa, inclusive quanto à aprovação final para fins de emissão do "atesto" na Nota Fiscal/Fatura de serviços.
- Receber os serviços contratados, tanto de forma provisória quanto definitiva, observando os prazos e condições estipulados na minuta do contrato, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - Parágrafo único: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil quanto à solidez e à segurança do serviço, nem isenta o projetista ou consultor da responsabilidade objetiva por danos decorrentes de falhas no projeto.
- Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas no item 13 deste Termo de Referência.

18.GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

Não será exigida garantia contratual para a execução do objeto.

Nos termos do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratante opta por não exigir a prestação de garantia contratual, considerando a natureza, o valor e os prazos da contratação, bem como a

avaliação do risco envolvido, especialmente pelo fato de que os serviços somente serão pagos após a entrega e aprovação dos produtos contratados.

19.GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Nos termos do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE opta por não exigir garantia contratual, considerando a natureza dos serviços, os prazos estabelecidos, o valor envolvido e o fato de que os pagamentos somente serão realizados após a entrega e a devida aprovação dos produtos.

20.CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTE

Os preços contratados poderão ser reajustados com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), observadas as condições previstas nesta cláusula.

O primeiro reajuste somente poderá ocorrer após o transcurso de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento de referência utilizado na elaboração da proposta vencedora, conforme o disposto da Lei Federal nº 14.133/2021.

O reajuste será aplicado mediante solicitação formal do contratado, instruída com a memória de cálculo correspondente à variação do IGP-M acumulada no período.

A ausência de solicitação no prazo legal não implica direito retroativo à aplicação do reajuste.

21.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de:

Projeto/ atividade: 15.451.0005.126000 - Planejar Espaços Urbanos - Projetos de Requalificação de Espaços Urbanos e Equipamentos Públicos.

Elemento de despesa: 33.90.39

Fonte: 1.500.1 Tesouro

22.ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

Valor total do contrato

Para definição do valor referencial, a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) observou o disposto no inciso IV, do §1º, do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, transcrito a seguir:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Inicialmente, a FMLF realizou consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com o intuito de identificar valores e modelos de processos licitatórios referentes à execução de serviços de levantamento planialtimétrico cadastral. Contudo, a pesquisa revelou que a maioria das licitações disponíveis era voltada para áreas específicas e incluía serviços adicionais, como elaboração de projetos e sondagens geotécnicas, o que não atende à necessidade específica da Fundação.

Além disso, embora a Fundação tenha encerrado contrato de serviços similares no ano de 2024, os valores praticados à época já se encontravam defasados em relação aos preços atualmente praticados no mercado.

Diante dessas limitações e da dificuldade em identificar modelos de contratação compatíveis com a demanda da FMLF, optou-se pela realização de consulta direta a quatro empresas privadas especializadas em serviços de levantamento planialtimétrico cadastral. As empresas foram selecionadas por sua atuação consolidada no segmento e consultadas por meio de comunicação oficial via e-mail institucional, com envio de modelo padrão de solicitação de cotação (conforme documento anexo no processo).

Cada empresa preencheu a planilha com os preços unitários e o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) praticado por elas no mercado.

Após o retorno das informações, procedeu-se à tabulação dos dados, sendo realizada a média aritmética dos preços unitários. Essa média foi obtida por meio da soma dos valores apresentados por cada empresa para cada serviço, dividida pelo número de empresas (quatro), resultando nos valores médios unitários que se encontra na planilha a seguir.

Como cada empresa informou um BDI distinto, optou-se por adotar o BDI praticado pela FMLF, fixado em 32,5%.

PLANILHA COM ESTUDO DE MERCADO

PLANILHA COM ESTUDO DE MERCADO													
ITEM	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, CADASTRAL E BATIMÉTRIA												
				EMPRESA "A"		EMPRESA "B"		EMPRESA "C"		EMPRESA "D"		MÉDIA ARITMÉTICA 4 EMPRESAS	
	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
				UNITARIO (R\$)	TOTAL (R\$)	UNITARIO (R\$)	TOTAL (R\$)	UNITARIO (R\$)	TOTAL (R\$)	UNITARIO (R\$)	TOTAL (R\$)	UNITARIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL, COM CADASTRO DE REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS												
1.1	Até 1.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	1,22	1.215,96	1,32	1.317,29	1,04	1.043,70	1,57	1.570,62	1,29	1.290,00
1.2	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	1,11	1.114,63	1,22	1.215,96	0,91	911,97	1,37	1.367,96	1,15	1.150,00
1.3	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	1,01	1.013,30	1,01	1.013,30	0,61	607,98	1,17	1.165,30	0,95	950,00
1.4	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	0,81	810,64	0,91	911,97	0,41	405,32	0,96	962,64	0,77	770,00
1.5	Acima de 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	0,71	709,31	0,81	810,64	0,20	202,66	0,86	861,31	0,65	650,00
1.6	Até 1.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	4.000,00	1,72	6.890,44	1,82	7.295,76	1,22	4.863,84	1,52	6.079,80	1,57	6.280,00
1.7	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	30.000,00	1,62	48.638,40	1,72	51.678,30	1,01	30.399,00	1,32	39.518,70	1,42	42.600,00
1.8	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	80.000,00	1,42	113.489,60	1,54	123.217,28	0,81	64.851,20	1,17	93.223,60	1,23	98.400,00
1.9	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	120.000,00	1,32	158.074,80	1,42	170.234,40	0,41	48.638,40	0,96	115.516,20	1,03	123.600,00
1.10	Acima de 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	120.000,00	0,81	97.276,80	0,91	109.436,40	0,20	24.319,20	0,86	103.356,60	0,70	84.000,00
2	LOCAÇÃO DOS EIXOS	M	20.000,00	3,04	60.798,00	4,05	81.064,00	1,62	32.425,60	1,52	30.399,00	2,56	51.200,00
3	SEÇÕES TRANSVERSAIS												
3.1	Em vias locais e coletoras até 12,00 metros	Unid	200,00	83,09	16.618,12	91,20	18.239,40	20,27	4.053,20	90,18	18.036,74	71,18	14.236,00
3.2	Em vias Arteriais I entre 12,01 a 24,00 metros	Unid	250,00	121,60	30.399,00	111,46	27.865,75	40,53	10.133,00	146,93	36.732,13	105,13	26.282,50
3.3	Em via Arteriais II acima de 24,00 metros	Unid	200,00	141,86	28.372,40	141,86	28.372,40	60,80	12.159,60	149,97	29.993,68	123,62	24.724,00
4	CADASTRO DAS REDES DE DRENAGEM												
4.1	Cadastro de redes de drenagem	Unid	400,00	324,26	129.702,40	354,66	141.862,00	303,99	121.596,00	391,13	156.453,52	343,51	137.404,00
4.2	Mobilização para cadastro de redes de drenagem	Unid	40,00	1.134,90	45.395,84	1.215,96	48.638,40	303,99	12.159,60	1.514,88	60.595,34	1.042,43	41.697,20
5	CADASTRO ARQUITETÔNICO												
5.1	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de alta complexidade.	m2	500,00	30,40	15.199,50	36,48	18.239,40	2,03	1.013,30	9,63	4.813,18	19,63	9.815,00
5.2	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de baixa complexidade.	m2	800,00	12,16	9.727,68	15,20	12.159,60	4,05	3.242,56	5,57	4.458,52	9,25	7.400,00
5.3	Cadastro físico perimetral para selagem	unid.	100,00	364,79	36.478,80	425,59	42.558,60	303,99	30.399,00	658,65	65.864,50	438,25	43.825,00
6	LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO EM RIOS, LAGOS E LAGOAS	m2	800,00	6,08	4.863,84	5,67	4.539,58	5,07	4.053,20	5,67	4.539,58	5,62	4.496,00
7	LEVANTAMENTO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES (ate 100m)	Uni	10,00	486,38	4.863,84	405,32	4.053,20	405,32	4.053,20	486,38	4.863,84	445,85	4.458,50
8	IMPLANTAÇÃO DO MARCO GEODESICO COM TRANSPORTE DE COORDENADAS E COTAS DO MR MARCO DE REFERÊNCIA.	Km	100,00	1.134,90	113.489,60	1.398,35	139.835,40	131,73	13.172,90	177,33	17.732,75	710,58	71.058,00
SUBTOTAL	SUBTOTAL			925.142,90	925.142,90	1.034.559,03	1.034.559,03	424.704,43	424.704,43	798.105,48	798.105,48	796.286,20	
BONIFICAÇÃO DESPESAS INDIRETAS - BDI (32,5%)*				231.285,73		258.639,76		93.434,97		174.306,24		258.793,02	
TOTAL GERAL	TOTAL GERAL			1.156.428,63		1.293.198,79		518.139,40		972.411,72		1.055.079,22	
				16/09/2025		16/09/2025		09/07/2025		09/07/2025		29/09/2025	
Base de preços -Mercado setembro 2025. Inclui INSS, FGTS Normal, FGTS Rescisão, Férias, 13º Salario, Descanso Semanal Remunerado, Vale Transporte etc.													
* Lucro, Tributos sobre a Nota Fiscal, Rateio do Custo da Administração, Custo Financeiro etc.													
* Aplicado fator de correção pelo INCC-M para corrigir variação de preço de set/2025 para jan/26													

A partir dos dados apresentados, se Estima um custo anual de **R\$ 1.055.079,22 (um milhão e cinquenta e cinco mil e setenta e nove reais e vinte e dois centavos)**, totalizando uma projeção de **R\$ 5.275.396,10 (cinco milhões e duzentos e setenta e cinco mil e trezentos e noventa e seis reais e dez centavos)** para o período de 5 (cinco) anos, referente à contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento Arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria conforme detalhado na tabela a seguir:

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA					
ITEM	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, CADASTRAL E BATIMÉTRIA				
	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	MÉDIA ARITMÉTICA	
				VALOR	VALOR
				UNITÁRIO	TOTAL
				(R\$)	(R\$)
1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL, COM CADASTRO DE REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
1.1	Até 1.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	1,29	1.290,00
1.2	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	1,15	1.150,00
1.3	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	0,95	950,00
1.4	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	0,77	770,00
1.5	Acima de 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m2	1.000,00	0,65	650,00
1.6	Até 1.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	4.000,00	1,57	6.280,00
1.7	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	30.000,00	1,42	42.600,00
1.8	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	80.000,00	1,23	98.400,00
1.9	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	120.000,00	1,03	123.600,00
1.10	Acima de 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m2	120.000,00	0,70	84.000,00
2	LOCAÇÃO DOS EIXOS	M	20.000,00	2,56	51.200,00
3	SEÇÕES TRANSVERSAIS				
3.1	Em vias locais e coletoras até 12,00 metros	Unid	200,00	71,18	14.236,00
3.2	Em vias Arteriais I entre 12,01 a 24,00 metros	Unid	250,00	105,13	26.282,50
3.3	Em via Arteriais II acima de 24,00 metros	Unid	200,00	123,62	24.724,00
4	CADASTRO DAS REDES DE DRENAGEM				
4.1	Cadastro de redes de drenagem	Unid	400,00	343,51	137.404,00
4.2	Mobilização para cadastro de redes de drenagem	Unid	40,00	1.042,43	41.697,20
5	CADASTRO ARQUITETÔNICO				
5.1	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de alta complexidade.	m2	500,00	19,63	9.815,00
5.2	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de baixa complexidade.	m2	800,00	9,25	7.400,00
5.3	Cadastro físico perimetral para selagem	unid.	100,00	438,25	43.825,00
6	LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO EM RIOS, LAGOS E LAGOAS	m2	800,00	5,62	4.496,00
7	LEVANTAMENTO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES (até 100m)	Uni	10,00	445,85	4.458,50
8	IMPLANTAÇÃO DO MARCO GEODÉSICO COM TRANSPORTE DE COORDENADAS E COTAS DO MR MARCO DE REFERÊNCIA.	Km	100,00	710,58	71.058,00
SUBTOTAL				796.286,20	
BONIFICAÇÃO DESPESAS INDIRETAS - BDI (32,5%)*				258.793,02	
TOTAL ANUAL				1.055.079,22	
PROJEÇÃO PARA 5 ANOS				5.201.850,65	
				30/09/2025	
Base de preços - Mercado setembro 2025. Inclui INSS, FGTS Normal, FGTS Rescisão, Férias, 13º Salário, Descanso Semanal Remunerado, Vale Transporte etc.					
* Lucro, Tributos sobre a Nota Fiscal, Rateio do Custo da Administração, Custo Financeiro etc.					
* Aplicado fator de correção pelo INCC-M para corrigir variação de preço de set/2025 para jan/26					

À justificativa para a utilização do INCC – M/FGV, encontra-se no anexo II

23. EXPECTATIVA DE PRAZO.

Por se tratar de um contrato de prestação de serviços contínuos e considerando que os serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento Arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria são fundamentais para a elaboração dos projetos sob responsabilidade da Fundação, o prazo estimado para a contratação é de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, conforme o disposto nos artigos 106 e 107 do Capítulo V da Lei Federal nº 14.133/2021, ou conforme a necessidade e conveniência da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

Ana Cândida Pinheiro Cavalcante Melo
Diretora de Projetos de Engenharia

matrícula 3169686

[e-mail ana.melo@salvador.ba.gov.br](mailto:ana.melo@salvador.ba.gov.br)

contato (71) 3202-9891;

ANEXO I

APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser apresentados conforme as especificações abaixo:

Textos:

As informações textuais devem ser entregues em formato .DOC, compatível com o padrão do Microsoft Word. A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar quanto na final, deverá obedecer às seguintes características:

- Editor de texto: Microsoft Word
- Fonte: Arial
- Tamanho da fonte: 12
- Espaçamento entre linhas: 1,5
- Espaçamento entre parágrafos: 1 linha
- Numeração de páginas: obrigatória
- Margens da página:
- Esquerda e superior: 3 cm
- Direita e inferior: 2 cm
- Cabeçalho e rodapé: 1,6 cm

Tabelas, planilhas e gráficos

O orçamento e as demais planilhas deverão ser elaborados e entregues em formato Microsoft Excel (extensão .XLS ou .XLSX), versão 2012 ou superior, desde que compatível com a versão mínima de 2010.

Peças Gráficas

As peças gráficas deverão ser entregues nos seguintes formatos e com as seguintes especificações:

- Formato principal: arquivos no formato .DWG, compatíveis com o padrão AutoCAD;
- Deverá ser fornecido o arquivo de configuração de plotagem (.CTB), contendo as definições de espessura, cores e estilos de linha utilizados;
- Além do formato .DWG, as peças também deverão ser disponibilizadas em formato PDF, garantindo a visualização fiel do conteúdo.

As peças gráficas deverão representar tecnicamente o levantamento realizado, por meio de desenhos em escala, com cotas devidamente representadas, de forma a possibilitar o pleno entendimento técnico.

As versões definitivas impressas (quando aplicável, como no caso do cadastro físico perimetral para selagem) deverão ser entregues para compor o acervo da FMLF.

Todas as peças gráficas e memoriais descritivos deverão ser assinados pelo respectivo responsável técnico legalmente habilitado.

Mapas (se necessário)

Os mapas produzidos pela contratada deverão atender aos seguintes requisitos técnicos obrigatórios:

- Incluir escala gráfica e numérica;
- Apresentar grade de coordenadas planas;
- Indicar o norte geográfico de forma clara e precisa;
- Conter legenda completa, identificando todos os elementos representados;
- Todos os arquivos devem estar referenciados no Sistema Geodésico SIRGAS 2000 – Zona UTM 24S, sem exceção.

Além disso, todos os arquivos digitais de informações espaciais deverão ser acompanhados de:

- Informações completas sobre a projeção cartográfica utilizada;
- Arquivos de metadados, contendo no mínimo as seguintes informações:
- Fonte dos dados;
- Escala de origem;
- Data de obtenção dos dados;
- Formatos de dados utilizados;
- Processamentos e tratamentos aplicados (como generalizações, correções, conversões, entre outros).

Quantidade de cópias

Sobre as cópias do serviço de cadastro físico perimetral para selagem, a versão definitiva dos produtos, após a realização de todas as correções, complementações e aprovação formal, deverá ser entregue em 01 (uma) cópia impressa, devidamente assinada pelo responsável técnico.

O material produzido ao longo do período de 1 (um) ano de execução dos serviços topográficos deverá ser entregue à FMLF em meio digital, armazenado em Pen Drive devidamente identificado conforme a ordem de serviço correspondente.

Observação: Os arquivos digitais não poderão ser entregues em formato compactado (ex: .zip, .rar). Todos os arquivos devem estar acessíveis em seus formatos originais, organizados por ordem de serviço.

ANEXO II

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO INCC-M/FGV

Considerando que as cotações das atividades de topografia foram realizadas em setembro de 2025 e o Termo de Referência, embora datado de outubro de 2025, foi atualizado em abril/2026, em função da dotação orçamentária desse exercício, a fim de otimizar o tempo e evitar a necessidade de refazer todas as cotações, optou-se por atualizar os valores inicialmente cotados com base no **INCC-M Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado**, garantindo assim que o orçamento refletisse de forma mais adequada a realidade de custos vigente no período de início do certame.

A escolha do **INCC-M Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado**, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, justifica-se por se tratar de índice específico do setor da construção civil, que mede mensalmente a variação dos custos de materiais, equipamentos, serviços e mão de obra.

Por refletir com maior precisão as oscilações econômicas que impactam diretamente contratos de obras e serviços de engenharia, o INCC-M mostra-se o indicador mais adequado para atualização de preços, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e garantindo correção compatível com a realidade do mercado.

Demonstrativo de Cálculo do Reajuste

- Método pelo índice acumulado no período

Fórmula:

$$\frac{n^{\circ} \text{ índice do mês do orçamento} - n^{\circ} \text{ índice do mês a ser ajustado}}{n^{\circ} \text{ índice do mês do orçamento}} + 1 = \text{valor de reajuste}$$

Para o certame em questão:

- Orçamento Set/25 – índice: 4223,9091
- Ajustar para Jan/26- Índice: 4280,3421

Cálculo:

$$\frac{4280,3421 - 4223,9091}{4223,9091} + 1 = 1,0133$$

Para correção do valor no período de setembro/25 a janeiro/26 deverá multiplicar o percentual de 1,0133 no valor do orçamento inicial.

OBS: Até o fechamento deste Termo de Referência, estava disponível apenas índice do mês de janeiro de 2026 como mostra a tabela a seguir:

Índice de Inflação

Inflação registrada pelo INCC-M/FGV
2026 e 2025

INCC-M/FGV - Fechamento do mês - 2026				
Mês	Do mês	Índice		Nº índice Desde Jan/1993 Dez/1992=1,00
		Acumulado		
		No ano	Nos últimos 12 meses	
Jan/2026	0,63	0,6300	6,0052	4.280,3421

INCC-M/FGV - fechamento do mês - 2025				
Mês	Do mês	Índice		Nº índice Desde Jan/1993 Dez/1992=1,00
		Acumulado		
		No ano	Nos últimos 12 meses	
Dez/2025	0,21	6,0894	6,0894	4.253,5448
Nov/2025	0,28	5,8671	6,4070	4.244,6311
Out/2025	0,21	5,5715	6,5768	4.232,7793
Set/2025	0,21	5,3503	7,0660	4.223,9091
Ago/2025	0,70	5,1295	7,4934	4.215,0575
Jul/2025	0,91	4,3987	7,4293	4.185,7572
Jun/2025	0,96	3,4572	7,1951	4.148,0103
Mai/2025	0,26	2,4735	7,1633	4.108,5680
Abr/2025	0,59	2,2078	7,5160	4.097,9134
Mar/2025	0,38	1,6083	7,3236	4.073,8776
Fev/2025	0,51	1,2236	7,1739	4.058,4554
Jan/2025	0,71	0,7100	6,8434	4.037,8623

Site para acesso: https://www.portaldefinancas.com/incc_m_fgv.htm, acessado em 23/02/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO II

ESTIMATIVA DE CUSTOS

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR (R\$)	
				UNITARIO	TOTAL
1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL, COM CADASTRO DE REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
1.1	Até 1.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000	1,29	1.290,00
1.2	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000	1,15	1.150,00
1.3	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000	0,95	950,00
1.4	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000	0,77	770,00
1.5	Acima de 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000	0,65	650,00
1.6	Até 1.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	4.000	1,57	6.280,00
1.7	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	30.000	1,42	42.600,00
1.8	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	80.000	1,23	98.400,00
1.9	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	120.000	1,03	123.600,00
1.10	Acima de 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	120.000	0,70	84.000,00
2	LOCAÇÃO DOS EIXOS	M	20.000	2,56	51.200,00
3	SEÇÕES TRANSVERSAIS				
3.1	Em vias locais e coletoras até 12,00 metros	Unid	200	71,18	14.236,00
3.2	Em vias Arteriais I entre 12,01 a 24,00 metros	Unid	250	105,13	26.282,50
3.3	Em via Arteriais II acima de 24,00 metros	Unid	200	123,62	24.724,00
4	CADASTRO DAS REDES DE DRENAGEM				
4.1	Cadastro de redes de drenagem	Unid	400	343,51	137.404,00
4.2	Mobilização para cadastro de redes de drenagem	Unid	40	1.042,43	41.697,20
5	CADASTRO ARQUITETÔNICO				
5.1	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de alta complexidade.	m²	500	19,63	9.815,00
5.2	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de baixa complexidade.	m²	800	9,25	7.400,00
5.3	Cadastro físico perimetral para selagem	Unid	100	438,25	43.825,00
6	LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO EM RIOS, LAGOS E LAGOAS	m²	800	5,62	4.496,00
7	LEVANTAMENTO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES (ate 100m)	Unid	10	445,85	4.458,50
8	IMPLANTAÇÃO DO MARCO GEODESICO COM TRANSPORTE DE COORDENADAS E COTAS DO MR MARCO DE REFERÊNCIA.	Km	100	710,58	71.058,00
SUBTOTAL					796.286,20
BONIFICAÇÃO DESPESAS INDIRETAS - BDI (32,5%)*					258.793,02
TOTAL ANUAL					1.055.079,22
PROJEÇÃO PARA 5 ANOS					5.201.850,65

Base de preços -Mercado setembro 2025. Inclui INSS, FGTS Normal, FGTS Rescisão, Férias, 13º Salario, Descanso Semanal Remunerado, Vale Transporte etc.

Lucro, Tributos sobre a Nota Fiscal, Rateio do Custo da Administração, Custo Financeiro etc.

Aplicado fator de correção pelo INCC-M para corrigir variação de preço de set/2025 para jan/26

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO III

MODELO CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À Fundação Mario Leal Ferreira - FMLF

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 90001/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria, para a cidade metropolitana de Salvador incluindo ilhas.

Apresentamos a nossa PROPOSTA DE PREÇOS para execução dos serviços objeto da licitação em referência, no valor de R\$ _____. (_____), referente ao somatório dos itens constantes da planilha orçamentária proposta, anexa, conforme Modelo (Anexo IV do Edital).

Declaramos, expressamente, que:

- a) Manteremos válida esta proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação e abertura;
- b) O preço ofertado é fixo e irrevogável, e estão inclusos todos os tipos de tributos, impostos, taxas e contribuições, alimentação, transporte ou quaisquer outras despesas;

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO IV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA LICITANTE

LICITANTE:				PREGÃO Nº - FMLF	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL, COM CADASTRO DE REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
1.1	Até 1.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000,00		
1.2	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000,00		
1.3	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000,00		
1.4	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000,00		
1.5	Acima de 50.000 M² em ÁREA NÃO URBANIZADA	m²	1.000,00		
1.6	Até 1.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	4.000,00		
1.7	Entre 1.001 e 5.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	30.000,00		
1.8	Entre 5.001 e 20.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	80.000,00		
1.9	Entre 20.001 e 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	120.000,00		
1.10	Acima de 50.000 M² em ÁREA URBANIZADA	m²	120.000,00		
2	LOCAÇÃO DOS EIXOS	M	20.000,00		
3	SEÇÕES TRANSVERSAIS				
3.1	Em vias locais e coletoras até 12,00 metros	Unid	200,00		
3.2	Em vias Arteriais I entre 12,01 a 24,00 metros	Unid	250,00		
3.3	Em vias Arteriais II acima de 24,00 metros	Unid	200,00		
4	CADASTRO DAS REDES DE DRENAGEM				
4.1	Cadastro de redes de drenagem	Unid	400,00		
4.2	Mobilização para cadastro de redes de drenagem	Unid	40,00		
5	CADASTRO ARQUITETÔNICO				
5.1	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de alta complexidade.	m²	500,00		
5.2	Levantamento cadastral arquitetônico de imóveis de baixa complexidade.	m²	800,00		
5.3	Cadastro físico perimetral para selagem	unid.	100,00		
6	LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO EM RIOS, LAGOS E LAGOAS	m²	800,00		
7	LEVANTAMENTO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES (ate 100m)	Unid	10,00		
8	IMPLANTAÇÃO DO MARCO GEODESICO COM TRANSPORTE DE COORDENADAS E COTAS DO MR MARCO DE REFERÊNCIA.	Unid	100,00		
SUBTOTAL					
BONIFICAÇÃO DESPESAS INDIRETAS - BDI (XXX %)*					
TOTAL GERAL (ANUAL)					

* Lucro, Tributos sobre a Nota Fiscal, Rateio do Custo da Administração, Custo Financeiro etc.

ATENÇÃO: Ao indicar o valor unitário com dois decimais, atentar para não utilizar na memória de cálculo valores com mais de dois decimais. De igual modo, não deve haver arredondamentos quando da indicação do valor total.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DA PROPOSTA

A _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, declara de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LOCAL e DATA.

Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

I. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, promovido pela FMLF, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

II. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;

III. que, até a presente data, não existem fatos impeditivos para sua habilitação e participação no Pregão Eletrônico nº 90001/2026, e que não pesa contra si suspensão ou declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

LOCAL e DATA.

Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Comissão de Contratação da Fundação Mario Leal Ferreira – FMLF

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90001/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria, para a cidade metropolitana de Salvador incluindo ilhas.

_____, empresário ou sócios da empresa,
_____, com sede na
_____, telefone _____,
e-mail: _____, em constituição nessa Junta Comercial, declara(m) para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, ao limite fixado no inciso I (se microempresa) ou II (se empresa de pequeno porte) do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Em atendimento as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte adotará em seu nome empresarial a expressão ME ou EPP.

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO VIII

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME -

N.º DE IDENTIDADE -

ÓRGÃO EMISSOR -

CPF -

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA -

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

Obs: Informar acima os dados do responsável pela assinatura do futuro contrato

Os dados exigidos acima deverão vir acompanhados da Procuração Pública ou Particular que conceda os poderes necessários a assinatura do contrato, caso este seja assinado por pessoa que não seja proprietária, dirigente, sócia ou assemelhada da empresa licitante.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Para fins de participação na licitação (indicar o nº do edital) a (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da lei que, até a presente data inexistente(m) fato(s) impeditivos para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO X

AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM EQUIPE TÉCNICA

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 90001/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria, para a cidade metropolitana de Salvador incluindo ilhas.

Eu., R.G....., autorizo a minha inclusão na equipe técnica da empresa....., na função de, assumindo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, o caso o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

Declaro, ainda, que todas as informações relativas à minha experiência profissional que se encontram na presente Proposta Técnica são verdadeiras.

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO

(nome da empresa) _____, inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____

Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, sediada (endereço completo)
_____, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da
Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da
Lei nº. 14.133/2021, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, ressalvando-se a condição
de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, declara para os devidos fins que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência - PCD, para Reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 23.781/2013

A (nome da empresa) _____,
inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal,
Sr(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____,
e do CPF nº _____, sediada (endereço completo) _____,
DECLARA, para os fins de DIREITO, que está cumprindo as EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO DECRETO
Nº 23.781/2013, especialmente o art. 4º do referido Decreto.

Local e data

(Assinatura do representante legal)
Nome e identificação do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO XIV

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/____

A **FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA - FMLF**, com sede na Rua da Bélgica, 74, Ed. Roosevelt – Comércio -Salvador/BA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 34.283.754/0001-18, neste ato representada pela Senhora Presidente, TANIA MARIA SCOFIELD SOUZA ALMEIDA, doravante denominada CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, representada pelo Sr. _____, C.I. n.º _____, CPF n.º _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si acordados os termos deste contrato, cuja celebração foi autorizada mediante ato homologatório às fls. ____ do processo E-Salvador nº 207530/2025, sujeitando-se as partes às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições que anunciam a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

- a) Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
- b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/2026.
- c) Anexo I do Edital de Licitação – Termo de Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Contratação de Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral, Levantamento arquitetônico Cadastral de Imóveis e Batimetria, para a cidade metropolitana de Salvador incluindo ilhas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

- 2.1 A contratação terá prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem, vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- 2.3 Considerando que se trata de contratação por demanda, os serviços serão realizados de forma parcelada e sequencial, conforme as necessidades da contratante e mediante a emissão de Ordens de Serviço específicas para cada frente de trabalho ou localidade
- 2.4 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 A contratada não poderá subcontratar totalmente o objeto do Contrato.
- 4.2 Excepcionalmente, será permitida a subcontratação dos serviços referentes ao cadastro arquitetônico, desde que haja prévia e expressa autorização do contratante, nos termos do Art. 122 da Lei Federal n.º 14133/2021.
- 4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.4 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.5 O contratado apresentará à FMLF documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

- 5.1 O valor global do presente contrato é de R\$ _____
(_____).
- 5.2 A CONTRATANTE pagará pelos serviços contratados e executados, os preços indicados na Planilha Orçamentária da Licitante, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos de execução e lucro, de acordo com as condições previstas no Edital e em demais documentos da licitação, constituindo assim, a única remuneração pelos serviços executados.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 Os recursos orçamentários serão oriundos do Projeto/Atividade 15.451.0005.126000 — Planejar Espaço Urbano Projetos de Requalificação de Espaços Urbanos e Equipamentos Públicos; Natureza da Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos 1.501.1.0.0.000 – Tesouro, para o exercício de 2026, devidamente ajustada nas dotações dos exercícios subsequentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1** O pagamento a contratada será efetuado exclusivamente por crédito em conta corrente especificada pelo credor na instituição financeira determinada no Decreto Municipal nº 23.856, de 03 de abril de 2013 (artigos 1º ao 4º), Banco Bradesco S.A, com observância das exceções ali previstas (art. 5º, parágrafo único), e somente serão efetivadas após análise e aprovação dos produtos pela CONTRATANTE, em conformidade com o Termo de Referência (anexo I deste Edital), mediante atesto na respectiva nota fiscal/fatura.
- 7.2** Para cada parcela de pagamento, cada consorciado emitirá Notas Fiscais/Fatura, na proporção de cada consorciado, em conformidade com o Instrumento de Constituição de Consórcio firmado entre as partes.
- 7.3** Os pagamentos serão realizados após o cumprimento do objeto de cada ORDEM DE SERVIÇO, e conforme medição, tendo como base os valores explicitados no Anexo IV – Planilha de Custos do Licitante, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante a aprovação da execução dos serviços pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 7.4** Se o término deste prazo coincidir com dia sem expediente no órgão, considerar-se-á como vencimento o 1º dia útil subsequente. Ressalte-se que os pagamentos serão efetuados após autorização da Fiscalização da FMLF, com a entrega e aprovação dos produtos, em consonância com o disposto no Termo de Referência, Anexo I do edital.
- 7.5** No caso de haver incorreção na Nota Fiscal/Fatura, o prazo de 20 (vinte) dias para pagamento começará a ser contado a partir da data da apresentação de nova Nota Fiscal/Fatura, devidamente corrigida.
- 7.6** O faturamento correspondente ao presente contrato deverá ser apresentado pela CONTRATADA, através de nota fiscal ou fatura e cujo pagamento somente será efetuado pela CONTRATANTE após comprovação de pagamento de INSS (apresentação de CND) e FGTS (apresentação de CRF) da CONTRATADA, não podendo a empresa estar incluída no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, conforme Lei Municipal nº 8.421/13.
- 7.7** Em nenhuma hipótese, a CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de aditivo contratual.
- 7.8** Caso ocorra eventual atraso no pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverá essa, mediante pedido da CONTRATADA, proceder com a atualização financeira do valor devido, que deverá ser corrigido monetariamente, mediante aplicação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA-IBGE) de correção monetária, da data em que deveria ter sido paga a parcela até a data do efetivo pagamento.
- 7.9** Os preços dos serviços contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 30/09/2025.
- 7.10** Após o interregno de um ano, havendo pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 8.1** Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.

- 8.2** O ISS devido pela CONTRATADA à Fazenda Municipal, em razão do faturamento de serviços abrangidos por este contrato, deverá ser retido na fonte pagadora (SEFAZ), por se tratar de responsabilidade tributária por definição legal, conforme art. 82 da Lei nº 4.279/90, na ocasião do pagamento da fatura.
- 8.3** A CONTRATADA declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1** Executar o objeto de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.
- 9.1.2** Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço, a RRT ou ART respectiva, registrada no Conselho Profissional correspondente.
- 9.1.3** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.4** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.5** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.6** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.7** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados nos termos do artigo art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021;
- 9.1.8** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.9** Comunicar à CONTRATANTE ocorrência que interfira na execução dos serviços;
- 9.1.10** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 9.1.11** A CONTRATADA deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 23.781 de 16/01/2013, art. 4º, § 1º.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratante:

10.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, através da DIRETORIA DE ENGENHARIA, cuja titular é Ana Cândida Pinheiro Cavalcante Melo, matrícula nº 3169686, Gestora do Contrato;

10.1.1.1 A fiscalização técnica será feita pelo (a) servidor (a) _____, matrícula nº _____;

10.1.2 Efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula Sétima deste Contrato.

10.1.3 Fiscalizar a execução dos serviços contratados, zelando para que os mesmos estejam de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital de licitação, nos termos do Processo E-Salvador nº 207.530/2025 e na proposta da CONTRATADA.

10.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.5 Conferir os serviços ao final de cada etapa, inclusive com a aprovação final para o “atesto” na Nota Fiscal/Fatura de serviço.

10.1.6 Receber os serviços (recebimento provisório e definitivo), no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, na forma prevista no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.6.1 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

10.1.1 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.1.2 Cientificar o órgão responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.1.3 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 12.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3** A alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste contrato só poderá ser procedida através de Termo Aditivo, assinado pelas partes.
- 12.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- IV. Multa:**
- a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) compensatória de .10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

- 13.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme art. 156, § 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.4.2** Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor das faturas vincendas, da execução da garantia, ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da utilização de outros mecanismos de cobrança
- 13.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.1** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. as peculiaridades do caso concreto;
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.2** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159.
- 13.3** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.4** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras Salvador.
- 13.5** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

- 13.6** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 14.1.1** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 14.1.2** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- I - ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - II - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admit30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 14.2** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.
- 14.3** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.3.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - III - Indenizações e multas.
- 14.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório conforme art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.6** No caso de rescisão deste contrato, a CONTRATADA receberá apenas o pagamento dos serviços já realizados e aprovados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1** A Fundação Mário Leal Ferreira fica investida dos mais amplos poderes para fiscalizar todas as fases de execução dos serviços contratados, através da Diretoria de Engenharia, impugnando quaisquer atos ou omissões que considere em desacordo com as obrigações da CONTRATADA.
- 15.2** A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.
- 15.3** A fiscalização por parte da contratante não exime nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento de seus encargos.
- 15.4** O fiscal será designado, após assinatura do contrato, mediante Portaria, para proceder a gestão e a fiscalização de toda a execução do contrato, em conformidade com a Lei Federal 14133/2021
- 15.5** O fiscal e o responsável técnico serão responsáveis por fiscalizar o efetivo cumprimento de todas as obrigações das partes contratadas e às ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.
- 15.6** A ação ou omissão, total ou parcial da Gestão e da Fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA, no que couber, da responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROPRIEDADE DOS PRODUTOS

- 16.1** A CONTRATADA, de acordo com o artigo 93 da Lei Federal n.º 14133/2021, cederá os direitos patrimoniais relativos aos trabalhos elaborados, autorizando plena e irrestrita utilização e adaptação dos serviços.
- 16.2** Todos os produtos referentes aos serviços contratados, quer sejam intermediários ou finais, serão de propriedade exclusiva da contratante.
- 16.3** Qualquer divulgação dos produtos resultantes deste contrato pela CONTRATADA somente poderá ocorrer se autorizado pela CONTRATANTE e deverá informar, expressamente, tratar-se de um produto/projeto que pertence a PMS/FMLF.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

- 17.1** Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na legislação em vigor, Lei Federal nº 14133/2021, além de Decretos e instruções pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

- 18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011 e no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Seção Judiciária do Estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, depois de lido e achado conforme.

Salvador, de de 2026

Tania Maria Scofield Souza Almeida
FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA - FMLF

(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____